



## **Por uma história do Tempo Presente: historiando para além das relações entre História Oral, Memória e Micro-História<sup>1</sup>**

Fagno da Silva Soares<sup>2</sup>

*Não serei o poeta de um mundo caduco, também não cantarei o mundo futuro. O tempo é a minha matéria, o tempo presente, os homens presentes, a vida presente.*

Carlos Drummond de Andrade

*O historiador do tempo presente é contemporâneo do seu objeto e, portanto, partilha com aqueles cuja história ele narra.*

Roger Chartier

### **RESUMO**

Este estudo pretende contribuir na ampliação das reflexões, acerca da história do tempo presente e sua relação com a história oral e memória. Neste contexto, realizamos um debate historiográfico, de modo a cotejar os conceitos entre história e memória. Contudo, tomamos para pensar a história do tempo presente, interseccionada por uma dupla articulação dos conceitos filigranados entre historiar a memória e memoriar a história. Propondo assim, forjar um instrumental teórico de reflexão e aprofundamento a estudos futuros.

**Palavras-chave:** História; tempo presente; memória.

**For a history of the present time: historicizing beyond relations oral history, memory and history micro**

### **ABSTRACT**

This paper aims to contribute to the expansion of reflections about the history of this time and its relation to oral history and memory. In this context, we conducted a historiographical debate in order to collate the concepts of history and memory. However, we think the story to the present time, intersected by a double articulation of filigreed concepts of historicizing memory and memorizing history. Proposing thus forge a theoretical instrument of reflection

<sup>1</sup> Recebido em: 20 de agosto de 2015. Aceito para publicação em: 21 de janeiro de 2016.

A arquitetura deste texto contou com a inestimável colaboração das professoras Ana Maria Mauad de Sousa do Laboratório de História Oral e Imagem (LABHOI/UFF) e Marta Gouveia Rovai do Núcleo de Estudos em História Oral (NEHO/USP).

<sup>2</sup> Doutorando em História Social/Contemporânea II pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (FFLCH/USP), mestre e especialista em História do Brasil pela Universidade Federal do Piauí (UFPI), professor de história do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IFMA/Campus Açailândia). Líder do CLIO & MNEMÓSINE Centro de Estudos e Pesquisa em História Oral e Memória (IFMA). E-mail: fagno@ifma.edu.br Lattes: /http://lattes.cnpq.br/3217068793114228.



and deepening future studies.

**KEYWORDS:** History; present time; memory.

## Introdução

Papai, então me explique para que serve a História <sup>3</sup>.

Esta, certamente não é um pergunta simples de ser respondida e, por essa mesma razão, faz-se mister perscrutar os caminhos e descaminhos da história na tentativa de respondê-la ainda que, não satisfatoriamente. São muitos os que assim como o garoto Henri, filho do historiador Marc Bloch que questiona o pai sobre a importância de se estudar a história na introdução da obra inacabada em 1943, de Bloch permanecem sem resposta. A despeito disto, o teatrólogo Bertolt Brecht sublinha que todos fazemos a história, para além dos heróis conhecidos, os anônimos, sem os quais a história deixaria de ser história. A busca por possíveis respostas norteou esta nada sucinta, porém, loquaz reflexão acerca das relações entre história oral e memória, promovendo reflexões historiográficas a partir da análise bibliográfica dos conceitos de história oral e memória perpassados pelo tempo presente.

Ainda nestes termos, o historiador Peter Burke para quem a função da história seria de ordenar informações sobre o passado<sup>4</sup> ou como nos propõe Eric Hobsbawm que o historiador deve sempre lembrar o que a sociedade insiste em esquecer,<sup>5</sup> não basta ao historiador registrar apenas o passado, mas refleti-lo, problematizadamente ancorado no presente. Destarte, o historiador do século XXI está singrando o “oceano da historiografia que se acha povoado por inúmeras ilhas com sua flora e fauna particular”,<sup>6</sup> tendo vez por vez, de ancorar em diversos portos, formando um

[...] caleidoscópio de sub-especialidades [...] perpassando um todo cada vez

<sup>3</sup> BLOCH, Marc. *Apologia da história, ou o ofício do historiador*. Trad.: André Telles, Rio de Janeiro; Zahar, 2001, p. 41.

<sup>4</sup> BURKE, Peter (org.). *A escrita da história – novas perspectivas*. São Paulo: Ed. Unesp, 1992.

<sup>5</sup> HOBSBAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX 1914-1991*. São Paulo: Cia das Letras, 1995, p. 13.

<sup>6</sup> BARROS, José D’Assunção. *O campo da história: especialidades e abordagens*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2004, pp. 08-09.



mais compartimentado deste campo do saber [...] o historiador de hoje é um historiador da cultura, um historiador econômico [...] micro-historiadores [...] fragmentação de especialidades.<sup>7</sup>

No novo século, a hiper-especialização e as interconexões dos saberes são oriundos da crescente complexificação do conhecimento humano que fazem do conhecimento histórico um caleidoscópio com infinitas possibilidades de estudo. Ainda segundo o autor “a história, neste início de milênio, divide-se em inúmeras modalidades que fazem do ofício dos historiadores contemporâneos um universo vasto e complexo.”<sup>8</sup> Destarte, não existem fatos exclusivamente políticos, econômicos, religiosos, sociais ou culturais em um mesmo campo historiográfico, todas possuem interfaces e enfoques para o desnudamento da sociedade em um tom quase babélico de possibilidades.

Nós historiadores somos tomados por um certo encantamento de fontes, se por um lado é um manancial de possibilidades de pesquisa, por outro, pode ser o nosso *calcanhar de aquiles*.<sup>9</sup> Pois, o risco de afogar-se nelas pode ser maior do que o da ‘euforia da ignorância’ de que trata Carlo Ginzburg. Afinal, o que fazer com as fontes que já dispomos? Não menos despicientes são os aportes metodológicos e teóricos utilizados em uma pesquisa, que constituem necessariamente, em como fazer? E com quem dialogar?

Para Ginzburg o historiador é como um “[...] médico que utiliza os quadros nosográficos para analisar o mal específico de cada doente. E, como o do médico, o conhecimento histórico é indireto, indiciário, conjectural.”<sup>10</sup> Para nós, o conhecimento histórico também o é, necessitando “[...] examinar os pormenores mais negligenciáveis [...] os lóbulos das orelhas, as unhas, as formas dos dedos das mãos e dos pés,”<sup>11</sup> para melhor conhecer as realidades existentes, por vezes, nos parece oblíqua.

O desafio do historiador do século XXI é articular a produção historiográfica aos

<sup>7</sup> Idem. 2004, p. 09.

<sup>8</sup> BARROS, José D’Assunção. *Campos históricos* – as diversas modalidades historiográficas no mundo contemporâneo: Disponível em: <<http://www.campodahistoria.org/artigo.html>>. Acesso em: 19 de ago. 2006.

<sup>9</sup> Alguns dicionários como Houaiss e Aurélio registram a expressão hifenizada. Em contraparte, optamos pela gráfica proposta pela 5ª edição do Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa – VOLP.

<sup>10</sup> GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. Trad.: Federico Carotti. 2. ed. São Paulo: Cia das Letras, 2009, p. 157.

<sup>11</sup> Ibid., 2009, p. 144.



saberes históricos no espaço escolar, bem como, a incorporação de diferentes linguagens e narrativas históricas em sua práxis pedagógica, fazendo o uso adequado das tecnologias de informação e comunicação aplicadas ao ensino da história solapando os eixos tradicionais da história linear francesa quadripartite, por uma história temática, interdisciplinar, problematizadora atenta às transformações do novo século, a partir das relações de identidade-diferença, continuidade-ruptura em diferentes contextos sócio-culturais. Eis, o grande desafio do ofício do historiador.<sup>12</sup>

Sabe-se que o uso do testemunho oral é tão antigo quanto à história de Heródoto, mas foi a partir da Segunda Guerra Mundial que a história oral se desenvolveu, tendo como lócus fundador a Universidade de Columbia, Nova York, a primeira a formalizar um projeto de história oral, enquanto metodologia acadêmica. Sobre a sua gênese, o pesquisador José Carlos Sebe Bom Meihy assevera que “ela combinou três funções complementares: registrar relatos, divulgar experiências relevantes e estabelecer vínculos com o imediato urbano, promovendo assim um incentivo à história local e imediata”.<sup>13</sup> Deste modo, a história oral nasce na academia com indeléveis dileções com a micro-história, assim como a história do tempo presente<sup>14</sup> com a função quase que salvacionista das memórias dos ex-combatentes da Segunda Guerra Mundial. Assim, os elementos motivadores para sua gênese que foram à necessidade do registro das experiências dos sobreviventes deste fatídico momento da história, através dos relatos orais somados ao uso do gravador analógico.

Para tanto, este será o mote sobre o qual se fará inferências ao logo do artigo que se segue, acerca da intrínseca relação entre história oral, memória e micro-história, não como complementares ou opostas, mas forjadoras de uma história do tempo presente que solape as barreiras dos documentos operados numa perspectiva positivista.

## **Historiar memória e memoriar história**

---

<sup>12</sup> SOARES, Fagno da Silva. Para que serve a história? *Revista Mundo Jovem*. Porto Alegre; v. 413, p. 09, 01 fev., 2011, p.11.

<sup>13</sup> MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Manual de história oral*. 5. ed. revis. e ampl. São Paulo: Edições Loyola, 2005, p. 22.

<sup>14</sup> CALDAS, Alberto Lins. *Oralidade, texto e história: para ler a história oral*. São Paulo: Edições Loyola, 1999.



Sabe-se que, a tradição oral como fonte histórica perdeu força,<sup>15</sup> sobretudo, com o discurso positivista do século XIX e abordagem rankiana que vigoraram durante muito tempo, que só o documento escrito tem validade histórica. Superados os percalços erigiu-se como metodologia entre antropólogos, sociólogos e mais recentemente, entre os historiadores.

Neste ensejo, compreendemos a importância da Associação Brasileira de História Oral para nos informar acerca das origens da moderna história oral, destacando que a

[...] gravação de entrevistas com testemunhas da história teve início na década de 1950, após a invenção do gravador à fita, na Europa, nos EUA e no México. A partir dos anos 1970, as técnicas da história oral difundiram-se bastante e ampliou-se o intercâmbio entre os que a praticavam. Foram criados programas de história oral em diversos países e editados livros e revistas especializados na matéria. Os anos 1990 assistiram à consolidação da história oral no meio acadêmico e à criação, além da ABHO, em 1994, da International Oral History Association [IOHA], em 1996.<sup>16</sup>

Para além do que afirma Verena que “o trabalho com a história oral consiste na gravação de entrevistas de caráter histórico e documental com atores e/ou testemunhas de acontecimentos, conjunturas, movimentos instituições e modos de vida da história contemporânea”,<sup>17</sup> que de outro modo, não seria possível. Assim sendo, a história oral “[...] permite o resgisto de testemunhos e o acesso a histórias dentro da história”,<sup>18</sup> atestando sua riqueza e alcance metodológico, ao que parece está em franco crescimento.

Sabemos, pois, que atualmente a história oral atingiu *status quo* e consagração entre os historiadores que dedicam suas análises ao tempo presente. A gênese da história oral nas terras tupiniquins data dos anos 70, mas só em meados da década de 90 alargou-se sua utilização enquanto metodologia de pesquisa, onde cada depoente é em certa medida um legítimo guardião de memórias capaz de torná-las coletivas as suas memórias individuais. Como são os griots, antigos contadores de histórias nas comunidades africanas.

<sup>15</sup> VANSINA, Jan. *La tradición oral*. 2.ed. Barcelona: Editorial Labor, 1968.

<sup>16</sup> ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE HISTÓRIA ORAL, Rio de Janeiro; 2012. Disponível em: <<http://www.abho.com.br>> Acesso em: 06 de jan. 2012.

<sup>17</sup> ALBERTI, Verena. *Ouvir contar: textos em história oral*. Rio de Janeiro; FGV, 2004, p.77.

<sup>18</sup> ALBERTI, Verena. Histórias dentro da história. In: *Carla Bassanezi Pinsky*. (Org.). *Fontes históricas*. 1 ed. São Paulo: Contexto, 2005, v. 1, p. 155.



Podemos exemplificar a bem sucedida experiência do Programa de História Oral do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil/Fundação Getúlio Vargas CPDOC/FGV criado nos anos 70, inspirado na proposta da Oral History Program da Columbia University de 1948. Arregimentados esforços de estudiosos e pesquisadores das ciências humanas e sociais de diversas partes do Brasil, especialmente do sudeste, puderam criar em 1994 a Associação Brasileira de História Oral - ABHO que realiza sazonalmente encontros regionais e nacionais a cada dois anos. Atualmente, constitui-se em um fórum aglutinador de debates e experiências em história oral realizadas em academias, instituições privadas e comunitárias em todo país.

Concomitantemente a criação da ABHO cresceu exponencialmente o número de programas, pesquisas e publicações que se utilizam da metodologia da história oral, bem como o considerável aumento de participantes nos eventos realizados pelas instituições. São provas cabais da credibilidade que esta metodologia tem auferido junto a profissionais de diversas áreas ao longo dos anos. Destacamos ainda que, apesar do apreço que temos à história oral, assim como outros estudiosos, reconhecemos que a sua denominação é um tanto equivocada, visto que, em vez de relacionar às fontes, adjetiva a história;<sup>19</sup> por outro lado, foi com os historiadores que ele constituiu uma rede de profissionais, que imbuídos do dever historiográfico, perfazem um todo cada vez mais elaborado de sua metodologia.

De acordo com a literatura estudada, podemos elencar algumas proposições sobre a história oral enquanto metodologia e sua subjetividade que “apesar de seu uso crescer a cada dia, ainda existem muitos preconceitos e árduas críticas contra esse método: o entrevistado pode ter uma falha de memória, pode criar uma trajetória artificial, se auto-celebrar, fantasiar e mentir”.<sup>20</sup> Embora consagrada, os praticantes da história oral costumeiramente são convocados a ratificar seus aspectos metodológicos relacionados à memória. Quanto a esta relação, os historiadores, assinalaram uma constatação na confraria da ABHO, sublinhando que, “[...] mas isso faz da história oral uma fonte não fidedigna para o pesquisador?”<sup>21</sup> Deste

<sup>19</sup> FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. (orgs.) *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 8a ed. 2006, p. xii.

<sup>20</sup> VI ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA ORAL, São Paulo, Anais eletrônicos. USP, 2002. ABHO: Disponível em: < <http://www.abho.com.br/anais/anaisusp.html> >. Acesso em: 19 de ago. 2006.

<sup>21</sup> Idem.



modo, o “[...] o principal alvo dessas críticas era a memória não ser confiável como fonte histórica, porque era distorcida pela deterioração física e pela nostalgia”<sup>22</sup> do entrevistado que possa fazê-lo idealizar o passado. Porém, essa ‘não confiabilidade da memória’ pode ser encarada como um recurso e não como um problema. Destarte a história oral e o estudo da memória tem demonstrado força teórica na superação destas e de outras críticas.

É de domínio do historiador oral a importância dos ‘apoios de memória’, como fotos, objetos e outras coisas que podem ajudar na reconstituição do passado e que os lapsos de memória são menos preocupantes que as omissões da história ‘oficial’.<sup>23</sup> Outro aspecto bem marcante da oralidade é a sobrecarga de subjetividade que, em tese, deve ser considerada uma potencialidade, pois somos sujeitos e objetos no âmbito da pesquisa. Tal como Durval para quem “[...] se o sujeito produz o objeto, este também define o sujeito”<sup>24</sup> defendemos que na história oral somos sujeitos ao questionar, problematizar objetos, ao ouvir, registrar e ser observado, questionado e interpretado pelo outro. Deve-se, portanto, examiná-la praticando-a criticamente para acesso à *história pelo avesso*. Desta forma, Mercedes Vilanova aconselha que revisitemos com muitas audições

las fuentes orales debemos escucharlas en estéreo como la música, con registros diferentes para cada oído. Por un lado escuchamos lo que nos dicen y por otro oímos lo que no nos dicen porque no lo quieren compartir, porque no lo saben decir, o porque no lo sabemos preguntar.<sup>25</sup>

Visto nestes termos, reverberamos a assertiva de uma das maiores autoridades no assunto, Paul Thompson aponta que as fontes orais não devem ser utilizadas como tapaburracos ou mero complemento aos documentos escritos, lançando o questionamento,

Quão fidedigna é a evidência da história oral? [...] A pergunta propõe uma falsa escolha. Se as fontes orais podem de fato transmitir informação

<sup>22</sup> THOMSON, Alistair; FRISCH, Michael e HAMILTON, Paula. Os Debates sobre Memória e História: alguns aspectos internacionais. In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes. *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 8a ed. 2006, p. 66.

<sup>23</sup> BARROS, 2004. Passim.

<sup>24</sup> ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. *História: a arte de inventar o passado*. ensaios de teoria da história. Bauru, SP: Edusc, 2007, p. 32.

<sup>25</sup> VILANOVA, M. La historia sin adjetivos com fuentes orales y la historia del presente. *História Oral, Associação Brasileira de História Oral*, São Paulo, junho de 1998, n. 1, p. 36.



‘fidedigna’, tratá-las simplesmente ‘como um documento a mais’ é ignorar o valor extraordinário que possuem como testemunho subjetivo, falado.<sup>26</sup>

Assim, na perspectiva de Paul Thompson a utilização das fontes orais enriquece sobremaneira a história, visto que tomam como objeto de estudo as narrativas orais dos sujeitos históricos que além de testemunharem a história, viveram-na. Existem, entretanto, pesquisadores que ainda acreditam que os documentos escritos são “mais confiáveis” do que as fontes orais. Vale ressaltar que, corriqueiramente, tais documentos não passam de transmissões de relatos orais escritos por homens, sendo, desse modo, susceptível às mesmas ‘falhas’. Seria pretensioso de nossa parte, pensarmos o documento como verdade e a história seu estatuto. Destarte, segundo o historiógrafo inglês Edward Carr, nenhum documento histórico é de “[...] nos dizer mais do que aquilo que o autor pensava, o que ele pensava que havia acontecido queria que os outros pensassem que ele pensava, ou mesmo apenas o que ele próprio pensava pensar. Nada disso significa alguma coisa, até que o historiador trabalhe sobre esse material e decifre-o”.<sup>27</sup>

Embora muitos estudiosos afirmem que as fontes orais são tendenciosas, colocando-nas em xeque, defendemos que toda fonte carrega em si uma carga de parcialidade. Mesmo os documentos tidos como oficiais pelos positivistas trazem consigo a intencionalidade de seus produtores. Logo, podemos presumir que os documentos escritos legam marcas dos que o produzem e têm os mesmos problemas que as fontes orais, podendo estas serem tão fidedignas quanto qualquer documento escrito. Ainda nestes termos, fazemos uso da reflexão do sociólogo austríaco Michael Pollak para quem a memória é

é socialmente construída, é óbvio que toda documentação também o é [...] não há diferença fundamental entre fonte escrita e fonte oral [...] A crítica da fonte, tal como todo historiador aprende a fazer, deve [...] ser aplicada a fontes de tudo quanto é tipo. Desse ponto de vista, a fonte oral é exatamente comparável à fonte escrita. Nem a fonte escrita pode ser tomada tal e qual ela se apresenta [...] apesar de terem uma forma *sui generis*.<sup>28</sup>

<sup>26</sup> THOMPSON, Paul. *A voz do passado: história oral*. Trad. Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992, p. 138.

<sup>27</sup> HUGHES, Warrington Marnie. *50 grandes pensadores da história*. SP; Contexto, 2002.

<sup>28</sup> POLLAK, Michael. Memória e identidade social. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, 1992, pp. 207-208.



De qualquer modo, todo documento é passível de críticas. Parafraseando obtusamente o historiador Durval Muniz, os textos escritos chegam até nós, como rins sem néfrons, corpos sem órgãos, falas sem sentimentos, dores sem gritos e voz sem emoções.<sup>29</sup> Logo, um documento nada mais é do que a ponta de um imenso iceberg, onde o mais importante está na parte submersa, por isso somos forçados a mergulhar por entre grutas e blocos de gelo flutuantes que se desprendem do iceberg para entendermos as origens e o contexto do fabrico de um documento. Vejamos a indagação de Bosi acerca dos marcos cronológicos, sobretudo as datas, sob as quais lança o seguinte questionamento:

Mas o que são datas? Datas são pontas de icebergs. O navegador que singra a imensidão do mar bendiz a presença dessas pontas emersas, sólidos geométricos, cubos e cilindros de gelo visíveis a olho nu e a grandes distâncias. Sem essas balizas naturais, que cintilam até sob a luz noturna das estrelas, como evitar que a nau se espedace de encontro às massas submersas que não se vêem? [...] Datas são pontos de luz sem os quais a densidade acumulada dos eventos pelos séculos dos séculos causaria um tal negrume que seria impossível sequer vislumbrar no opaco dos tempos os vultos dos personagens e as órbitas desenhadas pelas suas ações. A memória carece de nomes e de números. A memória carece de numes.<sup>30</sup>

Adensamos a isso, o fato que muito do que temos de história construída por documentos escritos, não passa de histórias dos algozes, escamodeadora dos vencidos. O escrito, já fora oral e antes de sê-lo, era mental, processado pelos interesses eminentemente pessoais, traduz-se para o escrito só o que lhes convêm. Assim, “[...] o moleiro nos chega escrito pelo inquisidor”,<sup>31</sup> e a história da escravização pelos documentos produzidos pelos geralmente pelos escravocratas. Para Aróstegui entre outras possibilidades a história oral nos serve “[...] para a análise das ‘outras histórias’, daquelas histórias de que raras vezes se ocupa a historiografia acadêmica”.<sup>32</sup> Eis a história, da qual despreziosamente acreditamos fazer.

<sup>29</sup> ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. *História: a arte de inventar o passado. Ensaio de teoria da história*. Bauru, SP: Edusc, 2007, p. 232.

<sup>30</sup> BOSI, Alfredo. *O tempo e os tempos*. In: NOVAES, Adauto [org.] *Tempo e história*. São Paulo: Cia das Letras, 1992, pp. 19-32.

<sup>31</sup> ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. *História: a arte de inventar o passado. ensaio de teoria da história*. Bauru, SP: Edusc, 2007, p. 232.

<sup>32</sup> ARÓSTEGUI, Julio. *A pesquisa histórica – teoria e método*. Bauru: EDUSC, 2006, p. 228.



É sabido que, tal como a documentação escrita tem seus lapsos, falseamentos, polifonias e entrelinhas, a oralidade também possui imprecisões. Porém, Barros nos afirma que a história oral “[...] têm ocupado a maior parte da prática historiográfica até os dias de hoje [...]”<sup>33</sup> Rompendo com a ditadura positivista do documento, qualquer texto pode ser considerado uma fonte para o historiador do século XXI, como afirma o historiador Barros, ao dizer que, “[...] o diário de uma jovem desconhecida, uma obra de alta literatura ou da literatura de cordel, as atas de reunião de clube, as notícias de jornal, as propagandas de uma revista, as letras de música, ou até mesmo uma simples receita de bolo [...]”<sup>34</sup>

Não há mais limites de fontes para aos historiadores do século XXI, pois os diferentes documentos os levam diretamente ao contato com o problema a ser investigado. Atentemos à afirmação de Pierre Nora no tocante à história e memória. Nos termos desse autor “[...] a história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais [...]”<sup>35</sup> e “[...] a memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente [...]”<sup>36</sup> Para tanto, preocupar-se com a preservação da memória é salutar em tempos que parece sucumbir, torna-se justificável o afã dos historiadores, em reconstruir, problematizar e preservar histórias e memórias de anônimos. Logo, a memória é platô da história.

Neste enlevo, o historiador medievalista francês Jacques Le Goff afirma que a função do historiador com a “[...] memória é para libertação [...], salvar o passado para servir ao presente e ao futuro [...]”<sup>37</sup> Portanto, o historiador de abordagem oral desempenha na sociedade um papel peculiar de “[...] impedir que a história seja somente história”,<sup>38</sup> comprovando sua indissociabilidade com a memória, ou seja, com o passado. Seguindo os rastros deixados por conspícuos historiadores, bem como os indícios insuflados por nossos colaboradores, podemos asseverar que se todo documento porta certa intencionalidade, não diferente, são as fontes orais que também devem ser sovas. A esse respeito, Le Goff aponta que,

<sup>33</sup> BARROS, José D’Assunção. *O campo da história*. 2004, p.133.

<sup>34</sup> Idem, p. 134.

<sup>35</sup> NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: *Revista Projeto História – História e Cultura*. PUC-SP, n. 17. 1998, p. 09.

<sup>36</sup> Idem.

<sup>37</sup> LE GOFF, Jacques. Memória. In: *História e memória*. trad. Bernardo Leitão (et. al.). 5. ed. Campinas: UNICAMP, 2003, p. 47.

<sup>38</sup> NORA, Pierre. *Entre memória e história*, Op. cit., p. 09.



O documento não é inócuo. É antes de qualquer coisa o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio. O documento é uma coisa que fica, que dura, e o testemunho, o ensinamento que ele traz deve ser em primeiro lugar analisado desmistificando o seu significado aparente. O documento é monumento.<sup>39</sup>

A partir da proposição supracitada, podemos depreender que todo documento se constitui em monumento para servir à posteridade com status de ‘lugar de memória’ como muitas estátuas e bustos espalhados nas praças pelo Brasil afora. Estes signos da memória histórica chegam até nós, por vezes travestidos de um sentido que não o original, daí a intrínseca necessidade de destrinchá-los ou até como diz o autor ‘decompô-los e desmontá-los’, para compreendê-los no contexto em que foram forjados. Como reitera mais adiante Le Goff “[...] resulta dos esforços das sociedades históricas para impor ao futuro, voluntária ou involuntariamente, determinada imagem de si próprias”.<sup>40</sup> Imagens estas que não correspondem à realidade, mas de certo modo parte desta realidade pode ser compreendida e representada por estes documentos quando historicamente analisados.

Para fugir das armadilhas teórico-metodológicas a que todo documento nos impõe é preciso esquadrihá-lo histórico e arqueologicamente como assevera a historiadora Jóina Borges como uma espécie de operação historiográfica de decifração para quem

todo documento histórico é, portanto, criado, urdido na trama teórico-metodológica do historiador. Dessa forma, a história também é arqueologia, pois qualquer documento em história é uma espécie de artefato: alguém o fabricou e deu-lhe significado, assim como alguém o ressignificou, o leu.<sup>41</sup>

Despretensiosamente a história oral confere aos indivíduos narradores de suas memórias o status quo de sujeitos históricos, assim sendo, para Paul Thompson, esta

<sup>39</sup> LE GOFF, Jacques. Memória, 2003, pp. 547-548.

<sup>40</sup> Ibid., p.103.

<sup>41</sup> BORGES, Jóina Freitas. Sob os areais, histórias de vida. In.: CASTELO BRANCO, Julinete Vieira. SOLON. Daniel Vasconcelos. [Org.] *Histórias em poliedros: cidade, cultura e memória*. Teresina: EDUFPI, 2008, p. 93.



metodologia é capaz, entre outras coisas, de “poder devolver às pessoas que fizeram e vivenciaram a história um lugar fundamental, mediante suas próprias palavras”<sup>42</sup> ser o protagonista de sua história, uma ‘história de baixo para cima’ tão comum a metodologia da história oral. Deste modo, ao optar por tal metodologia, sobretudo o historiador, assevera Thompson, requer atributos

[...] essenciais que o entrevistador bem sucedido deve possuir: interesse e respeito pelos outros como pessoas e flexibilidade nas reações em relação a eles; capacidade de demonstrar compreensão e simpatia pela opinião deles; e, acima de tudo, disposição para ficar calado e escutar. Quem não consegue parar de falar, nem resistirá tentação de discordar do informante, ou de lhe impor suas próprias idéias, irá obter informações que, ou são inúteis, ou positivamente enganosas.<sup>43</sup>

Portamos alguns destes atributos presentes na fala do autor, de modo que as entrevistas foram pautadas na ‘arte de saber ouvir’ e na confiança construída desde os primeiros contatos nas pesquisas que realizei durante o mestrado e doutorado, facilitaram para que as entrevistas em tom espontâneo tornassem lócus privilegiado de nossa pesquisa. Nos registros de nosso diário de campo temos anotações que vão desde as interrupções, suspiros sôfregos e coléricos até risos e lágrimas. Pois, acreditamos que não se faz história oral sem projeto, procedimentos e trato com a subjetividade, deste modo munimo-nos da carta de cessão entregue no momento da entrevista e na pós-entrevista [transcrito] e roteiro não-diretivo consentido, informado com tópicos-guia. Durante a transcrição realizamos uma atenta audição e formatamos um quadro tematizado de relatos orais divididos em arquivos por tema, a exemplo, pasta sobre aliciamento, castigos, fugas, saudades da família e etc.

Durante a análise das entrevistas fez-se uma leitura vertical do conjunto sistemático das entrevistas, buscando apreender o global de cada fala, seguida por uma leitura horizontal, alinhavando o côncavo-convexo dos testemunhos, de modo a formatar um quadro de categorias. E por fim, procedeu-se a análise das interpretações com fundamentação em autores por categoria, a revelia dos enquadramentos disciplinares advogados por alguns

<sup>42</sup> SHARPE, J. A História vista de baixo. In: BURKE, P. [Org.]. *Escrita da História: novas perspectivas*. Trad. Magda Lopes. São Paulo: Edunesp. 1992. p. 22.

<sup>43</sup> THOMPSON, P. *A voz do passado: história oral*. Trad. Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992, p. 254.



historiadores. Assim pudemos, apreender na prática, a acuidade com que devem ser tratadas as fontes orais e por isso valemo-nos do que afirmou Janaina Amado para quem

peças [...] não são papéis. Conservar com os vivos implica, por parte do historiador, uma parcela muito maior de responsabilidade compromisso, pois tudo aquilo que escrever ou disser, não apenas lançará luz sobre as pessoas e personagens históricos [como acontece como quando o diálogo é com os mortos], mas trará consequências imediatas para as existências dos informantes e seus círculos familiares, sociais e profissionais [...]<sup>44</sup>

Munimo-nos deste zelo para a realização das entrevistas, que como sabemos é um trabalho minucioso que vai dos primeiros contatos até a devolutiva da transição ao colaborador, que em nosso caso não hesitaram quanto à autorização do uso da entrevista, no entanto, o uso das imagens dos colaboradores não foi consensual. Neste sentido, reivindicam outras possibilidades de leitura de suas falas, afinal, não se trata de mortos, tampouco são seres inanimados. Apesar das tensões, todo esse processo construiu-se do modo mais ético possível. Comungamos com a historiadora Verena, para quem, historiar memórias “[...] não é simplesmente sair com um gravador em punho, algumas perguntas na cabeça e entrevistar aqueles que cruzam o nosso caminho, dispostos a falar um pouco sobre suas vidas”.<sup>45</sup> Não se faz história oral por osmose. São elementos subjetivos de difícil trato científico, há que se ter um arcabouço teórico e metodológico para fazê-la. Lidar com a oralidade de pessoas que vivenciam e/ou vivenciaram, como sublinha Fenelon, é “[...] trazer à tona outras histórias e outros olhares sobre o passado”,<sup>46</sup> geralmente traumáticas. Para isso é preciso dispor de vários relatos que permitam cruzá-los como afirma Gwyn Prins, “*testis unus, testis nullus*”,<sup>47</sup> não para validar ou desqualificar, mas para complementá-los e, assim melhor compreendê-los. Conferindo portanto, maior confiança metodológica aos nossos pares.

<sup>44</sup> AMADO, Janaína. A culpa nossa de cada dia: ética e história oral. *Revista do Programa de Estudos Pós-Graduação em História*, n.º 15, São Paulo, abr., 1997, p. 146.

<sup>45</sup> ALBERTI, Verena. *Manual de história oral*. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005, p.29.

<sup>46</sup> FENELON Déa [Org.]. *Cidades*. Pesquisa em História. Programa de Estudos de Pós Graduados da PUC/SP. São Paulo: Olho Da Água. 2000, p. 09.

<sup>47</sup>[Uma só testemunha não é uma testemunha]. PRINS, Gwyn. História oral In.: BURKE, Peter [Org.]. *A escrita da história: novas perspectivas*. Trad. Magda Lopes. São Paulo: Edunesp, 1992, p. 171.



Ora, seguir o caminho da história oral neste caso, é bem mais que pertinente, contudo optamos em não corrigir ao pé da escuta, ou seja, *ipsis litteris* os termos durante o processo de transcrição, respeitando o universo vocabular e léxico dos narradores sem caricaturar ou mudar o sentido pela busca do equilíbrio, apesar de difícil, entre o oral e o escrito, do contrário seria uma forma sub-reptícia de fazer ciência, menoscabando atores, autores e leitores da pesquisa.

Entendemos que a história oral, além de explorar as relações entre história e memória, extrapola seus limites e tem assento na pesquisa de campo, sem a qual não se faz história oral. Neste sentido, em Portelli nos foi possível definir a história oral para além da metodologia, como arte do indivíduo a sua imprescindível relação com o trabalho de campo. O autor nos informa que a história oral

[...] é uma ciência e arte do indivíduo. Embora diga respeito – assim como a sociologia e a antropologia – a padrões culturais, estruturas sociais e processos históricos, visa aprofundá-los, em essência, por meio de conversas com pessoas sobre a experiência e a memória individuais e ainda por meio do impacto que estas tiveram na vida de cada uma. Portanto, apesar de o trabalho de campo ser importante para todas as ciências sociais, a história oral é, por definição, impossível sem ele.<sup>48</sup>

Nesses termos, para Aróstegui a “história oral foi aplicada comumente para a análise das outras histórias, daquelas histórias de que raras vezes se ocupa a historiografia acadêmica”.<sup>49</sup> Ao evocar as lembranças do passado, somos tomados por sentimentos em fervura que no dizer de Paul Thompson “a maioria das pessoas conserva algumas lembranças que, quando recuperadas, liberam sentimentos poderosos”.<sup>50</sup> Com lembranças perpassadas de fortes sentimentos como as narradas pelo Carvoeiro, jovem, casado, pai de três filhos, dono de uma saúde e vigor físico invejável. É interessante perceber que “o ato de lembrar é individual, entretanto, as lembranças estão relacionadas com o grupo social do qual fazemos parte ou ao

<sup>48</sup> PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre ética na história Oral. In: *Projeto História - Ética e História Oral*. São Paulo:1997, p.17.

<sup>49</sup> ARÓSTEGUI, Julio. *A pesquisa histórica – teoria e método*. Bauru: EDUSC, 2006, p. 228.

<sup>50</sup> THOMPSON, Paul. *A voz do passado*, 1992, p. 205.



qual julgamos pertencer”.<sup>51</sup> No bojo desse processo, conferimos, portanto, que para além de uma técnica, a história oral prova-nos ser um excelente instrumento metodológico e não uma disciplina, criticada pelo uso da expressão ‘história oral’, dada a sua estreita e direta relação com o panteão da história do tempo presente. E assim consolida-se a cada pesquisa que envolve a sua utilização em qualquer campo do saber, o status de cientificidade. Logo, a história do tempo presente, “perspectiva temporal por excelência da história oral, é legítima como objeto da pesquisa e da reflexão históricas”<sup>52</sup> e também por esta razão vem ganhando um crescente número de adeptos e ampliando o seu arsenal metodológico, provando-nos ser um importante instrumento de pesquisa para os historiadores especialista no tempo presente.

Acerca da autoria nos estudos de história oral, José Carlos Bom Meihy em entrevista concedida à Revista Carta Capital, quando indagado, responde que se trata de

um trabalho feito em colaboração. Duas partes se completam na produção de resultados que geram um documento. O trabalho começa com o narrador estimulado a contar. O ouvinte, além de animar a conversa, deve ser o ‘tradutor’ da fala. Por sua vez, o texto só tem sentido se for autorizado para publicação e uso. Há, portanto, fases de controle: quem fala, quem transcreve, a autorização, que pode ser total ou parcial, mas é sempre negociada, e a publicação. Juridicamente, o responsável pelo projeto é o autor, pois se responsabiliza e se beneficia com o produto final.<sup>53</sup>

Seguindo os passos deste autor, pudemos compreender que a autoria em história oral pertence ao pesquisador que, subscrevendo-a, responde público e juridicamente suas ressonâncias, o que em hipótese alguma desmerece o protagonista da narrativa, o narrador, sem o qual não se faz história oral. A propósito disso, podemos medrar que por outro lado, a história não pertence a quem a fabrica, ou seja, ao historiador, mas à sociedade. Ainda na mesma entrevista o autor destaca que a história oral conquistou definitivamente o seu lugar não só na academia, como em outros espaços não-formais enquanto metodologia interdisciplinar e não como campo do conhecimento. Do contrário teríamos uma antropologia

<sup>51</sup> NASCIMENTO, Francisco Alcides. Fios da Memória: histórias do rádio. In.: CASTELO BRANCO, Edwar de Alencar. NASCIMENTO, Francisco Alcides. PINHEIRO, Áurea da Paz. [Org.] *Histórias: cultura, sociedade, cidades*. Recife: Bagaço, 2005, p. 05.

<sup>52</sup> FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. (coords.) *Usos & Abusos da História Oral*. 1996, p. xv.

<sup>53</sup> MEIHY, José Carlos Sebe Bom. A Vez da história oral. *Revista Carta Capital*. São Paulo: Editora Confiança Ltda, ano 17, n. 664, set. 2011, pp. 72-73.



oral ou até mesmo uma sociologia oral, o que não convém.

Ainda sobre a história oral, o pesquisador José Carlos Sebe Bom Meihy afirma ser uma “prática de apreensão de narrativas [...]”<sup>54</sup> que objetiva “[...] promover análises de processos sociais do presente e facilitar o conhecimento do meio imediato”.<sup>55</sup> A história oral está para o tempo presente assim como o marxismo está para os excluídos, dando voz aos silenciados e evidenciando os esquecidos da história. Para Etienne François, a história oral privilegia o “[...] cotidiano e a vida privada [...]”<sup>56</sup> valoriza a historicidade local e regional da “[...] história vista de baixo [...]”<sup>57</sup> ou seja, das “[...] visões subjetivas e os percursos individuais [...] numa perspectiva decididamente micro-histórica”.<sup>58</sup> Deste modo, os autores supracitados nos ajudaram a compreender o *modus operandi* da história oral.

O historiador Prins nos alerta que o diálogo os diferentes tipos de fontes constitui um desafio ao historiador, para não estabelecer uma relação de força entre elas, mas como complementaridades. Assim para o autor, a

questão é que o relacionamento entre as fontes escritas e orais não é aquele da prima-dona e de sua substituta na ópera: quando a estrela não pode cantar, aparece a substituta: quando a escrita falha, a tradição sobe ao palco. Isso está errado. As fontes orais corrigem as outras perspectivas, assim como as outras perspectivas as corrigem.<sup>59</sup>

Deste modo, amalhadas as fontes orais as escritas nos apontou uma ligeira aproximação aos estudos antropológicos, motivado, sobretudo, pela temática aqui em questão. Assim sendo, a história oral e a história social perfazem um belo casamento, celebrando o *feeling* existente entre elas, nos permitiu perceber como os testemunhos orais tornam-se histórias individuais que retratam na verdade uma história muito maior, a história entretecida por milhares de brasileiros escravizados pela Amazônia afora.

<sup>54</sup> MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Manual de história oral*. 5. ed. São Paulo: Loyola, 2005, p. 17.

<sup>55</sup> MEIHY, Ibid., 2005, p. 17.

<sup>56</sup> Ibid., p. 04.

<sup>57</sup> Idem.

<sup>58</sup> Idem.

<sup>59</sup> PRINS, Gwyn. História Oral. In.: BURKE, Peter. *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora da UNESP, 1992, p.166.



À guisa da exemplificação, buscamos a acuidade intelectual de Alessandro Portelli no livro *Biografia di una città*,<sup>60</sup> ao narrar a história de Terni, realiza um estudo micro-histórico das entrevistas realizadas e destaca, sobretudo, as subjetividades como elemento precioso das fontes orais que lhe dão um caráter humanizado e carregado de emoções, desejos e sonhos. Embora a obra tenha como recorte temporal 150 anos, e narra a história de uma cidade com cem mil habitantes, a metodologia é ancorada em uma abordagem micro-histórica das fontes orais, pois a história oral não se confaz no recorte temporal ou espacial, tampouco no número de entrevistados, mas, nas abordagens dada a estes e, sobretudo, na escolha e tratamento das fontes. Por isso, este estudo foi construído e perspectivamente ancorado nas bases da história oral. Desde modo, a temática nos levou às fontes e esta nos impôs a abordagem e metodologia a serem aplicadas, apesar da aparente dissonância, são perfeitamente sinérgicas. Em suma, para que um estudo seja de história oral, dependerá não só das fontes, mas do olhar que o historiador lança junto às fontes que intenta dialogar, uma espécie de microscópio da história capaz de produzir um *zoom* que evidencie indícios aparentemente invisíveis aos demais historiadores através da oralidade, como este que propomos.

Entendemos que as trajetórias individuais privilegiam combates singulares que servem, entre outras coisas, para endossar situações coletivas, ou seja, o estudo do macro pelo micro. Assim como fez Ginzburg ao analisar detidamente a trajetória do moleiro friulano Menocchio um ilustre desconhecido, imortalizado pelas mãos do historiador, expoente da micro-história enquanto prática historiográfica, a obra *O Queijo e os Vermes*,<sup>61</sup> representa o nascimento italiano desta corrente.

Dialogando com outras abordagens de pesquisa, a história oral “[...] mesmo tendo nascido exilada”<sup>62</sup> ampliou seu campo de ação com vista à dinâmica do tempo presente, ganhando novos adeptos e possibilitando que as vozes de outros atores sociais multipliquem-se, assim como as técnicas específicas e procedimentos metodológicos ímpares dessa metodologia. De fato, é crescente o número de pesquisas e publicações em história oral no Brasil, o que evidencia sua forte presença nas pesquisas acadêmicas no país, afirma que a história do tempo presente “[...] perspectiva temporal por excelência da história oral, é

<sup>60</sup> PORTELLI, Alessandro. *Biografia di una città*. Torino: Giulio Einaudi Editores, 1985.

<sup>61</sup> GINZBURG, Carlo. *O Queijo e os vermes*. São Paulo: Cia das Letras, 1986.

<sup>62</sup> MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Manual de história oral*. 5. ed. São Paulo: Loyola, 2005.



legítima como objeto de pesquisa e da reflexão histórica”,<sup>63</sup> cabendo ao historiador que lida com a oralidade “[...] buscar contribuições de outros campos do saber como a filosofia de Henry Bérghson sobre a memória e a teoria sociológica de Maurice Halbwachs e Pierre Bourdieu ou mesmo da teoria psicanalítica de Freud”.<sup>64</sup> Já para Roger Chartier “o historiador do tempo presente é contemporâneo de seu objeto [...]”<sup>65</sup> dividindo com os que fazem a história e analisando as fontes no calor dos fatos, uma história em processo, assim a história oral é por *excellence* metodologia da história do tempo presente.

Assim, nos termos de Chartier ao tratar sobre a história do tempo presente, preconiza que o profissional da história ao eleger este recorte temporal tende a potencializar sua pesquisa, uma vez que, “compartilhando com aqueles cuja história ele narra, as mesmas categorias essenciais, as mesmas referências fundamentais”,<sup>66</sup> o pesquisador passa ser o único “que pode superar a descontinuidade fundamental que costuma existir entre o aparato intelectual, afetivo e psíquico do historiador e dos homens e mulheres cuja história ele escreve”.<sup>67</sup> Eis mais um desafio do fazer historiográfico, uma quase tarefa hercúlea e mestra do historiador a de assim como Walter Benjamin “escovar a história a contrapelo”<sup>68</sup> e à revelia dos escamoteadores, que do sótão tripudiam em cima dos que jazem ainda no porão da história.

Remetemos-nos, ao filme *Narradores de Javé*, obra de ficção, que trata a realidade brasileira sob a ótica das narrativas populares que entremeiam a cultura popular nacional, em especial a nordestina. Cabia à história, neste caso, retratar os dramas dos javeenses, moradores da dita comunidade, que, temendo perderem seu lugar, intentavam contar suas memórias para na tentativa de fazer da comunidade um lugar de valor histórico, podendo assim salvá-la da destruição. O protagonista do filme é a própria localidade, em sua busca por reconstruir-se em forma de narrativa. Mas o principal intermediador de seu diálogo com o mundo é o personagem Antônio Biá, ao qual a população dá a incumbência de contar a história de Javé.

<sup>63</sup> FERREIRA, Marieta de Moraes. AMADO, Janaína. (orgs.). *Usos & abusos da história oral*. 4 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

<sup>64</sup> CHARTIER, Roger. *A visão do historiador modernista*. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. (coords.). *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996, pp. 215-219.

<sup>65</sup> Idem, pp. 215-219.

<sup>66</sup> Idem, p. 216.

<sup>67</sup> Idem, pp. 215-219.

<sup>68</sup> BENJAMIM, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994, p.225.



Sem acesso a documentos oficiais, que referenciassem a cientificidade, aqui entendida sob o paradigma rankeano, de tal história, Biá se vê obrigado a reconstruir ainda que ‘*a machadadas*’ a trajetória do local através da oralidade, captando as vozes dos mais antigos e, dessa maneira, entrevedo em seus relatos as lacunas deixadas pela ausência de um passado registrado em cartório.

As dificuldades de Biá em construir a narrativa historiográfica de Javé a partir da oralidade, podem representar, com certa fidedignidade, o ofício do historiador que, partindo da metodologia da história oral, empreende uma busca por captar as subjetividades de um povo, e o olhar particular dos que vivenciaram determinada época, o que indubitavelmente sugere enquadramentos. Os personagens Indalécio, Deodora, Maria Dina e Indalêo travam uma disputa pela memória, reclamando pra si os feitos históricos de Javé. Desta forma, a memória e a história são marcadamente frutos de tensões e embates entre o eu e o nós, o individual e o coletivo. Destarte, comungamos com Alessandro Portelli quanto ao entendimento de que na relação historiador e narrador também há disputas e tensões entre o presente vivo e o passado lembrado, o primeiro deseja historicizar às memórias, já o segundo, forjá-las a sua própria lógica. Para esse autor,

Enquanto os historiadores estão interessados em reconstruir o passado, os narradores estão interessados em projetar uma imagem. Portanto, enquanto os historiadores muitas vezes se esforçam por ter uma sequência linear, cronológica, os narradores podem estar mais interessados em buscar e reunir conjuntos de sentidos, de relacionamentos e de temas, no transcorrer de sua vida.<sup>69</sup>

Apoiamo-nos nessa assertiva de Portelli, para entender os por vezes conflitantes interesses que guiam os narradores e o historiador. Um deseja projetar-se ao futuro, deixar sua verdade, o outro reconstruir o passado. Desta forma, identificamos a relação entre a história escrita e a memória narrada, que faz da história uma narrativa, *operação intelectual*, grafadora dos fatos, e da memória um constructo do presente eternamente revitalizado. De modo que, o autor deste estudo histórico por diversas vezes foi alertado quanto às intencionalidades de nossos colaboradores na reconstrução de suas memórias por outrem. Em nosso socorro, Pierre

---

<sup>69</sup> PORTELLI, Alessandro. O momento da minha vida: funções do tempo na história oral. In: FENELON, Déa et al. *Muitas Memórias, Outras Histórias*. São Paulo: Olho D'água, 2004, p. 300.



Nora, com todo seu *know-how*, nos alerta acerca das relações entre história e memória observando que

a história é reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado. Porque é afetiva e mágica, a memória não se acomoda a detalhes que a confortam; ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, cenas, censura ou projeções. A história, porque operação intelectual e laicizaste, demanda análise e discurso crítico. A memória instala a lembrança no sagrado, a história liberta, e a torna sempre prosaica. A memória emerge de um grupo que ela une, o que quer dizer, como Halbwachs o fez, que há tantas memórias quantos grupos existem; que ela é, por natureza, múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada. A história, ao contrário, pertence a todos e a ninguém, o que lhe dá uma vocação para o universal. A memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto. A história só se liga às continuidades temporais, às evoluções e às relações das coisas. A memória é um absoluto e a história só conhece o relativo.<sup>70</sup>

Diante do apresentado por Nora, a memória é atual, já a história é passado. De suas insólitas relações nascem semelhanças e oposições. Assim, sabe-se que toda memória individual corresponde a uma parte da coletiva, Halbwachs considera a memória individual como coletiva tangenciada pela sua temporalidade, espacialidade e interação, “[...], pois cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda conforme o lugar que ali eu ocupo, e que este lugar mesmo muda segundo as relações que mantenho com outros meios”.<sup>71</sup> Para Pollak, corroborando as afirmações de Halbwachs, a memória “[...] é também um elemento constituinte do sentimento de identidade tanto individual como coletiva”.<sup>72</sup> Noutros termos, a memória é também identidade social entretecida por uma teia imbricada de outras identidades. Quanto as nossas lembranças coletivas, Maurice Halbwachs,

[...] permanecem coletivas, e elas nos são lembradas pelos outros, mesmo que se trate de acontecimentos nos quais só nós estivemos envolvidos, e com

<sup>70</sup> NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: *Projeto História – História & Cultura*. n. 10. Revista da Pós-Graduação em História da PUC-SP. São Paulo. Brasil, 1993, p.09.

<sup>71</sup> HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. trad. Beatriz Sidou. São Paulo: 2006.

<sup>72</sup> POLLAK, Michael. *Memória e identidade social*. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, pp. 200-215, 1992.



objetos que só nós vimos. É porque, em realidade, nunca estamos sós. Não é necessário que outros homens estejam lá, que se distingam materialmente de nós: porque temos sempre conosco e em nós uma quantidade de pessoas que não se confundem.<sup>73</sup>

Nos termos do mesmo autor, o *hour concours* estudioso da memória coletiva para quem toda memória tem como base estruturante a identidade de grupo, por isso quando rememoramos a nossa infância, nos vem à mente lembranças relacionadas em geral à família ou quando nos fazemos recordar das nossas experiências profissionais, estas chegam até nós estabelecendo relações com o meio profissional do qual fizemos parte. Deste modo, o autor mostra que somos unos e múltiplos e ‘nunca estamos sós’. Afinal, nossas lembranças individuais são construídas coletivamente e, portanto, atravessadas pelo social. No que concerne a essa discussão, é sabido, sofremos a todo o momento, o processo de enquadramento da memória, a cada evocação da memória que realizamos.

Ainda nesse trajeto e com efeito, o autor acrescenta que “[...] a lembrança aparece pelo efeito de várias séries de pensamentos coletivos emaranhados, e [...] não podemos atribuí-la exclusivamente a nenhuma dentre elas”.<sup>74</sup> Ratificando que a memória individual e a coletiva são quase indissociáveis, o autor ainda indiretamente relaciona a história ao passado constructo no presente ao sentenciar que “não é na história apreendida, é na história vivida que se apóia nossa memória”.<sup>75</sup> e com um elã quase poético afirma do ‘seu lugar de fala sociológica’ que a “história, com efeito, assemelha-se a um cemitério onde o espaço é medido e onde é preciso, a cada instante, achar lugar para novas sepulturas”.<sup>76</sup> Nesses termos, torna-se possível perceber que nossos narradores ao relembrar do passado, têm sobre suas lembranças o peso do tempo, de modo que, a cada rememoração, o narrador comete, intencionalmente ou não, lapsos e/ou acrescenta elementos a sua narrativa. E assim, a memória é compreendida nesta investigação como “algo que interage constantemente com as experiências adquiridas no cotidiano”<sup>77</sup> de seus narradores.

<sup>73</sup> HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. 2006, p. 26.

<sup>74</sup> *Ibidem.*, p. 26.

<sup>75</sup> *Ibidem.*, p. 60.

<sup>76</sup> *Ibidem.*, p. 55.

<sup>77</sup> SILVA, 2009, p. 123.



Nesse contexto, o historiador oralista da memória remete-se a fragmentos de lembranças individuais de modo a inter-oralizar [confrontar] os testemunhos, tendo vistas a coletivizar o individualizado, estabelecendo uma relação com o tempo presente, uma vez que, lembrar não é viver duas vezes, mas rever [revisitar com olhos do presente] o passado para compreendê-lo. De acordo com Bosi,

**Na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e idéias de hoje, as experiências do passado [...]** A lembrança é uma imagem construída pelos materiais que estão agora, à nossa disposição, no conjunto de representações que povoam nossa consciência atual. Por mais nítido que nos pareça de um fato antigo, ele não é a mesma imagem que experimentamos na infância, porque nós não somos os mesmos de então e porque nossa percepção alterou-se e, com ela, nossas idéias, nossos juízos de realidade e de valor<sup>78</sup>. (Grifo nosso).

É com maestria que Bosi em sua escrita, define lembranças como elaboração e reconstrução contínua das experiências do passado com a imagética do presente, pois nunca somos os mesmos. Nestes termos, fazemos uso das reflexões de Janaina Amado, quando esta categoricamente nos alerta quanto às diferenças entre o vivido e o lembrado,

parece-me necessário, antes de tudo, distinguir entre o vivido e o recordado, entre experiência e memória, entre o que se passou e o que se recorda daquilo que se passou. Embora relacionadas entre si, vivência e memória possuem naturezas distintas, devendo assim ser conceituadas, analisadas e trabalhadas como categorias diferentes, dotadas de especificidade. O vivido remete à ação, à concretude, às experiências de um indivíduo ou grupo social. A prática constitui o substrato da memória, esta, por meio de mecanismos variados, seleciona e reelabora componentes da experiência.<sup>79</sup>

Neste sentido, existe claramente uma tênue diferença entre o vivido e o lembrado, de modo a permitir diferentes versões de um mesmo fato. Afinal, enquanto sujeitos de suas próprias histórias acabam por advogar suas verdades particulares como coletivas. Como se sabe, “a memória humana é um instrumento maravilhoso, mas falaz [...] uma verdade gasta,

<sup>78</sup> BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembrança de velhos*. São Paulo: Cia das Letras, 1987, p. 57.

<sup>79</sup> AMADO, 1995, p.131.



[...] recordações que jazem em nós não estão inscritas na pedra”.<sup>80</sup> Pois até mesmo as pedras são afetadas com a ação do tempo. Entendemos, portanto, a memória não como um processo estático, mas um fenômeno dinâmico, sempre a se resignificar.

Avançando no debate, compreendemos a memória como expressão primeira do passado, construída seletivamente através do psíquico-intelectual de cada indivíduo e inserida num contexto familiar e social de uma memória que parece estar ameaçada. Deste modo, entendemos assim como Nora que

[...] não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não naturais. É por isso a defesa pelas minorias, de uma memória refugiada sobre focos privilegiados e enciumadamente guardados nada mais faz do que levar à incandescência a verdade de todos os lugares de memória. Sem vigilância comemorativa, a história depressa as varreria. São bastiões sobre os quais se escora. Mas se o que eles defendem não estivesse ameaçado, não se teria, tampouco, a necessidade de constituí-los. Se vivêssemos verdadeiramente as lembranças que elas envolvem, eles seriam inúteis. E se, em compensação, a história não se apoderasse deles para deformá-los, transformá-los, sová-los e petrificá-los eles não se tornariam lugares de memória. É este vai-e-vem que os constitui: momentos de história arrancados do movimento da história, mas que lhe são devolvidos.<sup>81</sup>

Visto nesses termos, os *lugares de memória* são materiais e imateriais, capazes de incrustar na memória de um grupo social o sentimento de pertencimento de cada indivíduo, forjando constantemente suas identidades como forma de reconhecimento e identificação ainda que de forma fragmentada, se faz como caminho para a preservação da memória. Para nossos narradores, estão entre os lugares de memória, estão não só a carvoaria e o local do aliciamento, mas também as marcas no corpo, e para além do universo material, as marcas incrustadas na alma como as humilhações sofridas e dor de ficar longe dos seus. Desta forma, entendemos, pois, lugares de memória em sentido lato, desde o concreto ao simbólico que podem coexistir simultaneamente,

<sup>80</sup> LEVI, Primo. *Os afogados e os sobreviventes*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990, p. 09.

<sup>81</sup> NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: *Projeto História – História & Cultura*. n° 10. Revista da Pós-Graduação em História da PUC-SP. São Paulo. Brasil, 1993, p.13.



mesmo um lugar de aparência puramente material, como um depósito de arquivos, só é lugar de memória se a imaginação o investe de aura simbólica. Mesmo um lugar puramente funcional, como um manual de aula, um testamento, uma associação de antigos combatentes, só entra na categoria se for objeto de um ritual. Mesmo um minuto de silêncio, que parece o extremo de uma significação simbólica, é, ao mesmo tempo, um corte material de uma unidade temporal e serve, periodicamente, a um lembrete concentrado de lembrar. Os três aspectos coexistem sempre [...]. É material por seu conteúdo demográfico; funcional por hipótese, pois garante ao mesmo tempo a cristalização da lembrança e sua transmissão; mas simbólica por definição visto que caracteriza por um acontecimento ou uma experiência vivida por pequeno número, uma maioria que deles não participou.<sup>82</sup>

Constatamos, pois, ainda que os lugares de memória, não se constituem somente enquanto experiência vivida, mas cristalizadas no seio do grupo do qual se faz parte. Por isso, os lugares de memória servem para determinar, inclusive a que grupo pertencemos, ou seja, quem somos, acionando imagens e sentimentos de experiências coletivas, conferindo o sentimento de pertença e identidade que lhe confaz, fixando ainda ilusoriamente o tempo ajudando-nos a minimizar o esquecimento. Conforme analisado alhures, os lugares de memória existem entre o concreto e o abstrato, entre o real e o simbólico e estão presentes nos mais diferentes monumentos tais como

museus, arquivos, cemitérios e coleções, festas, aniversários, tratados, processo verbais, monumentos, santuários, associações, são os marcos testemunhas de uma outra era, das ilusões de eternidade [...] São os rituais de uma sociedade sem ritual; sacralizações passageiras numa sociedade que dessacraliza; fidelidades particulares de uma sociedade que aplaina os particularismos; diferenciações efetivas numa sociedade que nivela por princípio; sinais de reconhecimento e de pertencimento de grupo numa sociedade que só tende a reconhecer indivíduos iguais e idênticos.<sup>83</sup>

A despeito disto, pode tratar-se de um lugar ou de um documento, de um museu ou de um rito, de uma festa ou até mesmo de um discurso. Porém, nem tudo pode ser considerado lugar de memória, para isso, é preciso romper para além de um lugar de história como marco

<sup>82</sup> NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. 1993, pp.21-22.

<sup>83</sup> *Ibidem*, p.13.



memorialístico carregado de identidades e possuidor de *vontade de memória*, que transmitem e perpetuam sentimentos e ressentimentos, quando sem estes lugares de memórias, já não existiriam mais. Afinal, como sabemos, assim como as identidades, as memórias também são fluídas e cambiantes.

Valemo-nos da consideração de Seixas enfatizando Pierre Nora quando afirma que “a memória encontra-se, assim, prisioneira da história [...]” transformou-se em objeto e trama da história, em memória historicizada “[...] toda memória, hoje em dia, é uma memória exilada, que busca refúgio na história [...]”<sup>84</sup> Deste modo, para entender melhor a questão dos lugares de memória retomamos a questão das diferenças entre memória e história, sob o ponto de vista de Nora que considera que [...] a memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento”.<sup>85</sup> Constatamos, pois, esta como uma das mais brilhantes elucidações acerca das diferenciações entre história e memória.

Deste modo, vociferamos que a memória constrói vida e a história, os ‘lugares de memória’. Logo, a história é uma Medusa<sup>86</sup> que com seu olhar petrifica a memória nos despojos do passado, construindo lugares de memória. A memória, como bem disse o autor, é vida ressignificada a cada ato do lembrar e do esquecer, ela retroalimenta a história que é a erudição do passado grafado na agenda dos historiadores deste século. Deste modo, o conceito de lugar de memória perpassa um todo atravessado pelas diferenças entre história e memória e ao mesmo tempo ‘coabitados’.<sup>87</sup> Representa um passado que já se foi, mas reside em monumentos visíveis e invisíveis capazes de transcender as transformações do mundo moderno.

Faz-se mister destacarmos, que um estudo que se pretende, micro-histórico, parte de um recorte do passado que privilegia o tempo e o espaço em escala microscópica, o que permiti entre outras coisas compreender o macro. E assim, perscrutar com ousadia os indícios e sinais deixados pelos sujeitos históricos reverberados nos relatos orais, comprovadamente

---

<sup>84</sup> ANSART, Pierre. História e memória dos ressentimentos. In: BRESCIANI, Maria Stella. NAXARA, Márcia. (Org.). *Memória e [res]sentimento*: indagações sobre uma questão sensível. Campinas: UNICAMP, 2004, p. 45.

<sup>85</sup> NORA, Pierre. Entre memória e história. 1993, p.9.

<sup>86</sup> BORGES, Jóina Freitas. *Sob os areais, histórias de vida*. In: CASTELO BRANCO, Julinete Vieira. SOLON. Daniel Vasconcelos. (Org.). *Histórias em poliedros: cidade, cultura e memória*. Teresina: EDUFPI, 2008, p. 87.

<sup>87</sup> RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas; Unicamp, 2007, p. 408.



podemos perceber quão grande aventura é o labor historiográfico. O historiador neste caso é mais que um detetive assentado nos fios e rastros numa saga detetivesca como a de Ginzburg, para quem “se a realidade é opaca, existem zonas privilegiadas - sinais, indícios - que permitem decifrá-la”.<sup>88</sup> São estas as zonas com as quais investigamos uma pesquisa desenvolvida sob o *paradigma indiciário*, captadora de pistas que para os olhos mais desatentos passariam inapercebidamente por acreditar que tratar-se-iam apenas de dados pouco relevantes, não considerando a complexa trama tecida pela investigação posto que, a trajetória de alguns, pode trazer a tona o estrato social de uma época.

Nos termos da história oral, o pesquisador que opta por poucos narradores pode apoiar-se em Sônia Maria de Freitas para quem devemos deter atenção “[...] com a qualidade e não com a quantidade de entrevistas a serem realizadas”.<sup>89</sup> Há que ressaltarmos que não se trata de um estudo micro-histórico, por razões óbvias, muito embora tenhamos buscado uma redução da escala de análise, o que possibilitou uma descrição da realidade de modo a esmiuçarmos os relatos orais auferindo relevo em nossa análise.

Ainda sobre a história oral, o pesquisador José Carlos Sebe Bom Meihy afirma ser uma “prática de apreensão de narrativas [...]”<sup>90</sup> que objetiva “[...] promover análises de processos sociais do presente e facilitar o conhecimento do meio imediato”.<sup>91</sup> A história oral está para o tempo presente assim como o marxismo está para os excluídos, dando voz aos silenciados e evidenciando os esquecidos da história. Para Etienne François, a história oral privilegia o “[...] cotidiano e a vida privada [...]”<sup>92</sup> valoriza a historicidade local e regional da “[...] história vista de baixo [...]”<sup>93</sup> ou seja, das “[...] visões subjetivas e os percursos individuais [...] numa perspectiva decididamente micro-histórica”.<sup>94</sup> Deste modo, os autores supracitados nos ajudaram a compreender o *modus operandi* da história oral.

---

<sup>88</sup> GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: \_\_\_\_\_, *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. Trad.: Federico Carotti. 2. ed. São Paulo: Cia das Letras, 2009, p. 177.

<sup>89</sup> FREITAS, Sônia Maria. *História oral: possibilidades e procedimentos*. Humanitas, São Paulo; 2006, p. 86.

<sup>90</sup> MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Manual de história oral*. 5. ed. São Paulo: Loyola, 2005, p. 17.

<sup>91</sup> MEIHY, Ibid., 2005, p. 17.

<sup>92</sup> Ibid., p. 04.

<sup>93</sup> Idem.

<sup>94</sup> Idem.



À guisa da exemplificação, buscamos a acuidade intelectual de Alessandro Portelli no livro *Biografia di una città*,<sup>95</sup> ao narrar a história de Terni, realiza um estudo micro-histórico das entrevistas realizadas e destaca, sobretudo, as subjetividades como elemento precioso das fontes orais que lhe dão um caráter humanizado e carregado de emoções, desejos e sonhos. Embora a obra tenha como recorte temporal 150 anos, e narra a história de uma cidade com cem mil habitantes, a metodologia é ancorada em uma abordagem micro-histórica das fontes orais, pois a história oral não se confaz no recorte temporal ou espacial, tampouco no número de entrevistados, mas, nas abordagens dada a estes e, sobretudo, na escolha e tratamento das fontes. Por isso, este estudo foi construído e perspectivamente ancorado nas bases da história oral. Desde modo, a temática nos levou às fontes e esta nos impôs a abordagem e metodologia a serem aplicadas, apesar da aparente dissonância, são perfeitamente sinérgicas. Em suma, para que um estudo seja de história oral, dependerá não só das fontes, mas do olhar que o historiador lança junto às fontes que intenta dialogar, uma espécie de microscópio da história capaz de produzir um *zoom* que evidencie indícios aparentemente invisíveis aos demais historiadores através da oralidade, como este que propomos.

Entendemos que as trajetórias individuais privilegiam combates singulares que servem, entre outras coisas, para endossar situações coletivas, ou seja, o estudo do macro pelo micro. Assim como fez Ginzburg ao analisar detidamente a trajetória do moleiro friulano Menocchio um ilustre desconhecido, imortalizado pelas mãos do historiador, expoente da micro-história enquanto prática historiográfica, a obra *O Queijo e os Vermes*,<sup>96</sup> representa o nascimento italiano desta corrente.

Parafraseando Ginzburg, reduzir a escala de observação também é transformar numa dissertação aquilo que poderia ter sido uma simples nota de rodapé de um texto monográfico,<sup>97</sup> é do episódico e conjectural que os *historiadores oralistas* fazem a história distanciando-se dos perigos de uma história generalizante ou simplista. Assim, a história oral rompe com a ideia de que a redução da escala de observação só é possível, quando fazemos biografias ou estudamos pequenos vilarejos ou comunidades. Isso já foi superado, tais análises hoje podem ser consideradas precipitadas, visto que a história oral se constrói a partir

<sup>95</sup> PORTELLI, Alessandro. *Biografia di una città*. Torino: Giulio Einaudi Editores, 1985.

<sup>96</sup> GINZBURG, Carlo. *O Queijo e os vermes*. São Paulo: Cia das Letras, 1986.

<sup>97</sup> “[...] transformar num livro aquilo que poderia ter sido uma simples nota de rodapé numa hipotética monografia sobre a Reforma protestante no Friul”. GINZBURG, Carlo. *O fio e os rastros: verdadeiro falso e fictício*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 264.



do recorte temático de um evento circunscrito historicamente, como o caso em estudo e da escolha e abordagem das fontes e não da espacialidade em estudo ou menos da entrevista de dois ou três sujeitos históricos, e sim de um conjunto concatenado de ações metodologicamente articuladas que propõe um *zoom* nas fontes orais, como em uma fotografia,<sup>98</sup> buscando os detalhes que só com uma lupa de detetives podemos enxergar e, por conseguinte, devassá-las esmeradamente.

## Por uma história do tempo presente

Advogarmos que, remonta aos tempos de Heródoto e Tucídides, “[...] às origens da história enquanto empreendimento intelectual. As Histórias de Heródoto ou a Guerra do Peloponeso de Tucídides são, em parte, histórias do tempo presente [...]”<sup>99</sup> que faziam uso das narrativas orais amalhadas em suas pesquisas, registrando os testemunhos para etenizá-los. Com efeito, a historiadora Marieta de Moraes Ferreira ratifica que,

É preciso lembrar que a história dos fatos recentes nem sempre foi vista como problemática. Na Antiguidade clássica, muito ao contrário, a história recente era o foco central da preocupação dos historiadores. Para Heródoto e Tucídides, a história era um repositório de exemplos que deveriam ser preservados, e o trabalho do historiador era expor os fatos recentes atestados por testemunhos diretos. Não havia, portanto nenhuma interdição ao estudo dos fatos recentes, e as testemunhas oculares eram fontes privilegiadas para a pesquisa.<sup>100</sup>

Cabe considerarmos que a própria tradição historiográfica ao reiterar que toda história é hodierna, já demonstra o crescente interesse da sociedade por uma história atenta às indagações do presente. Assim sendo, “toda a história é bem contemporânea, na medida em que o passado é apreendido no presente e responde, portanto, aos seus interesses, o que não é

<sup>98</sup> LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In: BURKE, Peter. *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora da UNESP, 1992, pp. 133-161.

<sup>99</sup> ROUSSO, Henry. *La hantise du passé*. Paris: Éditions Textuel, 1989, p. 57.

<sup>100</sup> FERREIRA, Marieta de Moraes. História do tempo presente: desafios. *Cultura Vozes*, Petrópolis, v.94, nº 3, pp.111-124, maio/jun., 2000. Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br>> Acesso em: 06 de jan. 2012.



só inevitável, como legítimos”,<sup>101</sup> assinalou Le Goff, assim o faz, com as perguntas, conceitos, teorias e metodologias de seu tempo, mesmo quando este, analisa fatos da antiguidade ou do medievo. Assim como afirmou Henry Rousso, para quem a história contemporânea tem como marco inicial a Revolução Francesa de 1789,

[...] a história do tempo presente é a que se refere ao passado próximo, aquele no qual existem ainda atores vivos. Antes de explicar o que é esta última, é preciso lembrar que a noção de ‘contemporaneidade’ é tão antiga e tão problemática quanto a própria disciplina da história [...] De outro lado, só há história contemporânea, segundo a célebre afirmação de Benedetto Croce. Um historiador, como qualquer outro indivíduo, fala sempre sobre o passado no presente. Ele constitui os discursos e os atos do passado com linguagem, conceitos e preocupações que são as do seu tempo, ele se dirige a seus contemporâneos. [...] Seu trabalho se inscreve assim em uma dialética, uma tensão entre as palavras do passado e as do presente.<sup>102</sup>

As assertivas supracitadas são necessárias, mas não o bastante para compreendermos a emergência dos estudos em história do tempo presente. Soma-se a isto, o fato de que a contemporaneidade na produção historiográfica advém, mormente da relação do historiador na academia, com seus pares; e na sociedade, com seus leitores. Destarte, a concepção de passado na história do tempo presente é compreendida como uma construção intelectual ligeiramente próxima, por vezes problemática, os sujeitos históricos ainda vivos, reivindicam outras versões. Estudar um passado que ‘não está morto’, trabalhando memórias às vezes traumáticas, ainda muito carregadas de emoções dos que as narram foi o nosso desafio dissertativo. Desta forma, cedemos a palavra a Rousso para quem

**a definição de história do tempo presente é a de ser a história de um passado que não está morto, de um passado que ainda está vivo na palavra e na experiências dos indivíduos**, portanto, ligado a uma memória ativa e singularmente atuante [...]. Esta história é um diálogo entre vivos e mortos, como toda narrativa histórica, mas ela repousa igualmente em um diálogo entre vivos, entre contemporâneos, sobre um passado que ainda não passou inteiramente, mas que já deixou de ser atual.<sup>103</sup> (Grifo nosso).

<sup>101</sup> LE GOFF, Jacques. Memória. In: *História e memória*. trad. Bernardo Leitão [et. al.]. 5. ed. Campinas: UNICAMP, 2003, p. 51.

<sup>102</sup> ROUSSO, Henry. *La hantise du passé*. Paris: Éditions Textuel, 1989, p. 50.

<sup>103</sup> *Ibid.*, p. 63.



Nos termos deste autor, é, portanto, um diálogo entre vivos, dos que narram com quem escreve a narrativa histórica. Associada à enxurrada de novas tecnologias da informação e comunicação forjam um vasto acervo com relevo e teor documental. E estes necessitam de novas metodologias que deem conta de devassá-las. Nesse contexto, as narrativas orais e os repositórios digitais de entrevistas como o CPDOC/FGV e o Museu da Pessoa, importantes depositórios de fontes de caráter interdisciplinar por excelência, em tempo quase real, na tentativa de explicar um passado cada vez mais contíguo, demarcando o crescente diálogo com o mundo globalizado que minimizou as distâncias e maximizou as diferenças, alterando definitivamente as percepções de tempo e espaço, compreendidos mais do que nunca como efêmero e mutável respectivamente. As inquietações do presente catapultam o dever do historiador, enquanto destrinchador do passado, para quem o passado não está morto, ao contrário, ele está vivo e se impõe no presente para que seja desvelado, assim o passado serve ao presente que como afirma Lucien Febvre para quem “[...] organizar o passado em função do presente: é o que se poderia definir de função social da história”.<sup>104</sup>

A esse respeito, comungamos com este historiador que a função social da história é servir ao presente. Assim, a história do tempo presente nos parece ser uma abordagem historiográfica profícua, que empreende estudos para o entendimento da realidade atual, a partir, da compreensão do passado recente, explicando-o e não o resgatando. Entendemos que o passado é uma invenção do presente e, portanto não pode ser resgatado como se fora algo perdido, tampouco a memória deste seja congelada, estanque como antes se acreditava. Interpretá-lo e não reconstruí-lo, descrevendo interpretativamente os fatos, como o que fazemos aqui por meio majoritariamente das fontes orais, compreendidas como indiciárias e não fiduciárias, dando-nos pistas mediadas entre teoria e empiria para fazê-las fontes documentais. Afinal, “toda história é uma história contemporânea” afirmou Benedetto Croce por ser revisitada por historiadores e para leitores do nosso tempo. Justifica-se a importância de se estudar a história à medida que, desvelamos quem fomos, somos e seremos no espaço e no tempo de maneira crítica rompendo com a visão maniqueísta e evitando cometer anacronismos.

<sup>104</sup> LE GOFF, Jacques. *Memória*. 2003, p. 26.



Destarte, “a história do tempo presente tem de lidar com testemunhas vivas, presentes no momento do desenrolar dos fatos, que podem vigiar ou contestar o pesquisador”,<sup>105</sup> em primeiro momento nos parece problemático, porém não o é. Afinal, a história é palco de tensões e disputas, do contrário não seria história, seria um ponto fora da curva historiográfica.

Para Roger Chartier “os historiadores sempre foram os piores profetas, mas têm um papel na compreensão das heranças acumuladas que nos fazem ser como somos hoje”,<sup>106</sup> e acrescenta que ela, a história, “pode nos ajudar com a compreensão crítica das inovações do presente, as quais sempre nos seduzem e nos inquietam”.<sup>107</sup> Nesse sentido, a história do tempo presente se justifica e nos faz rememorar a célebre assertiva de Eduardo Galeano para quem “a história é um profeta com o olhar voltado para trás, pelo que foi e contra o que foi e anuncia o que será”.<sup>108</sup> Logo, existe uma tensão entre o passado e o presente, assim, é com os olhos do presente que se fita no passado para explicá-lo. Destarte, “a história é o objeto de uma construção cujo lugar não é o tempo homogêneo e vazio, mas um tempo saturado de agoras”,<sup>109</sup> com “uma história em nossos calcanhares”<sup>110</sup> como bem assinalaram, Walter Benjamin e Marc Augé, respectivamente.

Retomando a discussão acerca da história do tempo presente, podemos destacar que nos idos do século XIX, a história perdia a autonomia dado à forte influência do positivismo, sob o pretexto de se forjar um estatuto, ou seja, em um conjunto de pressupostos pautados na objetividade científica por uma história acadêmica, que muitos insistem advogar da necessidade do distanciamento temporal para qualificar um estudo como sendo historiográfico. No contraponto está a história linear, factual, anedótica e a narrativa política dos grandes personagens, que passou a ser dominante a guisa dos historiadores vanguardistas da época, Victor Langlois e Charles Seignobos autores da umbrática obra *L'introduction aux études historiques* de 1897, valorava as análises quantitativas, os feitos de ‘grandes homens’, a compilação cronológica dos fatos e, sobretudo, os documentos escritos. Lucién Febvre, descreveu a obra como sendo “a bíblia do método positivista”<sup>111</sup> com certo rigor

<sup>105</sup> FERREIRA; AMADO. (coords.) *Usos & Abusos da História Oral*. 2006, p. xiii.

<sup>106</sup> CHARTIER, Roger. *La historia o la lectura del tiempo*. Barcelona, Espana: Gedisa, 2007, pp. 16-17.

<sup>107</sup> Ibid., pp. 16-17.

<sup>108</sup> GALEANO, Eduardo. *As veias abertas da América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002, p.19.

<sup>109</sup> BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 229.

<sup>110</sup> AUGÉ, Marc. *Não lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Papirus, Campinas: 2010, p.29.

<sup>111</sup> BURGUIÈRE, André. *Dicionário das ciências históricas*. Rio de Janeiro: Imago. 1993, p. 712.



metodológico, se utiliza da descrição esmiuçada de dados e fatos geralmente de cunho político, contidos em documentos escritos, tidos como ‘oficiais’, e assim demarcando os territórios de um história francesa que serviu de arquétipo para o mundo.

Nasceu, portanto, uma corrente historiográfica delineada pelo distanciamento do passado com o presente e pela legitimação da cientificidade histórica a partir do documento escrito, tomado como prova irrefutável da realidade passada. Ainda Lucien Febvre, nos alerta que este modo de fazer história “sob o rigor da máscara científica”<sup>112</sup> já fora ultrapassado, pois a objetividade e a pretensa neutralidade do conhecimento histórico, bem como, o distanciamento temporal não são garantias de uma história mais científica, pois o fazer historiográfico é bem mais complexo do que supõe a nossa vã empiria. Visto nestes termos, a valoração do passado distante não deve significar a desqualificação do presente, afinal o passado se constitui a luz do presente.

Deste modo, estudar o presente não nos parece ser um interdito, assim devemos avaliar com acuidade a máxima proferida por Bloch, em meados do século XX, para quem “a história é o estudo do homem no tempo”<sup>113</sup> seja ele passado ou presente, bem como, suas relações. Assim, fazemo-nos rememorar o sequioso historiador Paul Thompson na obra ‘A voz do passado’ a *posteriori*, pluralizada e mais adequadamente empregada por Phillipe Joutard no título da obra ‘Essas vozes que nos chegam do passado’. Com estes autores aprendemos que os sacerdotes de Clio não examinam o passado pelo passado, mas suas relações com o presente, ou seja, as relações de temporalidades.

O tempo presente foi durante muito tempo um domínio temporal preferencialmente adotado por antropólogos, sociólogos, jornalistas e cientistas sociais. Ao contrário, os historiadores por motivos já expostos, debruçaram-se mui tardiamente as temporalidades mais próximas à revelia dos que ainda resistem, defendendo que só se atinge cientificidade com recuos temporais cada vez mais acentuados, atribuindo aos não-profissionais, o uso de fontes orais como históricas e o estudo do presente. Contrariando esta proposição, Jean-Pierre Rioux asseverou que é “o próprio historiador, desempacotando sua caixa de instrumentos e

---

<sup>112</sup> Ibid., p. 712.

<sup>113</sup> BLOCH, Marc. *Apologia da história, ou o ofício do historiador*. 2001, p. 55.



experimentando suas hipóteses de trabalho, que [...] cria o famoso recuo”.<sup>114</sup> Deste modo, é possível realizar um distanciamento ainda que nos estudos que elegem o tempo presente. Assim, apropriamo-nos da assertiva de Marieta de Moraes para quem “a história do século XX tornou-se uma história sem historiadores”,<sup>115</sup> uma vez que, os historiadores mais tradicionais negligenciaram-na. Daí a necessidade de arregimentar esforços no sentido de valorar a exploração por parte dos novos historiadores, neste que é, pois, um campo privilegiado de averiguação científica nada hermética.

Deste modo, a história do século XX com suas revoluções e catástrofes marcaram definitivamente os séculos do porvir, por isso, compreendido como longo para uns e breve para outros.<sup>116</sup> Optamos aqui, assim como Hobsbawn em nomeá-lo adjetivamente de breve e extremado século XX. Assim, a historiadora Marieta de Moraes sinaliza que as profundas mudanças deste século com toda a sua profusão e intensidade das grandes guerras<sup>117</sup> trouxe à baila os estudos do tempo presente, como uma prática complexa, porém, sedutora. Assim, expressões do tipo *histoire du temps présent*, *contemporary history*, *Zeitgeschichte*,<sup>118</sup> ganharam paulatino relevo na academia, tendo a história oral como metodologia pertinente aos estudos do tempo presente. Resta-nos refletir quanto aos questionamentos lançados pela pesquisadora: Que denominação utilizar, que recortes cronológicos selecionar?<sup>119</sup>

Com efeito, comungamos com a historiadora Marieta de Moraes a opção pela expressão cunhada por François Bédarida, *histoire du temps présent*, pois acreditamos assim como ela, que a expressão é mais clara e menos problemática, portanto dá conta ao que propõe. Quanto ao seu marco inicial, recorreremos ao *savoir-faire* da mesma historiadora que durante o mini-curso História do Tempo Presente e Fontes Oraís asseverou que a história do tempo presente é essencialmente volátil e seu recorte cronológico corresponde aos últimos 80

<sup>114</sup> RIOUX, Jean-Pierre. Pode-se fazer uma História do Tempo Presente. In. CHAUVEAU, Agnes; TÈRTARD, Philippe [org]. *Questões para história do tempo presente*. São Paulo: EDUSC, 2002, p.46.

<sup>115</sup> FERREIRA, Marieta de Moraes. *História do tempo presente: desafios*. Cultura Vozes, Petrópolis, v.94, nº 3, p.111-124, maio/jun., 2000, p. 06.

<sup>116</sup> As expressões fazem alusão, respectivamente às obras ARRIGHI, Giovanni. *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996. / HOBBSAWN, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX: 1914- 1991*. Companhia das Letras, São Paulo 1995.

<sup>117</sup> FERREIRA, Marieta de Moraes. *História do tempo presente: desafios*. Cultura Vozes, Petrópolis, v.94, nº 3, p.111-124, maio/jun., 2000, p. 08.

<sup>118</sup> KAELBLE, Hartmut. *La Zeitgeschichte, l’histoire allemande et l’histoire internationale du temps présent*. In: *Institut d’Histoire du Temps Présent*. *Ecrire l’histoire du temps présent*. Paris, CNRS Editions, 1993.

<sup>119</sup> *Ibid.*, p. 09.



anos, tempo médio de vida biológica dos que ainda permanecem vivos para reivindicá-la.<sup>120</sup> Portanto, uma história em aberto, a exemplo, a recente e polêmica história da ditadura militar no Brasil. Trata-se, portanto, de limites temporais que devem ser redefinidos, pois o presente, assim como o passado, também é fugidivo.

Nos termos outros a história do tempo presente que fazemos neste estudo permitiu rediscutir a relação entre história, memória e identidade, marco teórico deste estudo, assentado numa perspectiva decididamente história social revalorizando o papel do indivíduo em sua experiência vivida, sem sacralizar esta ou aquela categoria para a história, compreendendo que só fazem sentido, quando justapostas para dar substrato teórico e sustentação aos argumentos aqui expressos, pois, a indelével marca dos que fazem a história é a criticidade, condição primeira do ofício.

Assim sendo, os pesquisadores da história do tempo presente têm como peleja distanciar-se do presente, buscando suas relações com o passado, capital para os estudos históricos. Na relação entre história e ficção no tempo presente, Chartier defende “uma diferença fundamental, que consiste na ambição da história de ser um discurso verdadeiro, capaz de dizer o que realmente aconteceu”.<sup>121</sup> Contrariamente, nos posicionamos por acreditar que, nem mesmo as testemunhas oculares de um fato, são capazes de apreender a verdade deste, uma vez que, sua narrativa oral sempre será a sua versão, ou seja, a sua ‘verdade’, não necessariamente compartilhada por todos. Assim, vale registrar, a propósito, o que diz Chartier, a “[...] realidade do passado só chega ao historiador por meio de representações”.<sup>122</sup> Assim sendo, trata-se de um passado imutável, e de uma realidade estilhaçada que permitiu múltiplas interpretações a cada visita às fontes.

Queremos aqui mostrar que a verdade, embora seja nosso fio condutor e força centrípeta desta pesquisa, não somos portadores da verdade histórica e nem poderíamos ser, pois, a imparcialidade para o profissional da história nada mais é, do que uma quimera.

---

<sup>120</sup> Realizado no I Congresso Pan-Amazônico e VII Encontro da Região Norte de História Oral - História do Tempo Presente & Oralidades na Amazônia, no Campus de Belém da Universidade Federal do Pará-UFPA, durante os dias 27 a 30 de março de 2012.

<sup>121</sup> CHARTIER, Roger. A visão do historiador modernista. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. [coords.]. *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996, p. 217.

<sup>122</sup> PESAVENTO, Sandra Jatayh. Com os olhos no passado: a cidade como palimpsesto. In.: *Esboços* – Revista do Programa de Pós-graduação em História da UFSC. vol. 11. Florianópolis: UFSC/Gráfica Universitária, nº 11, 2004, p. 44.



Porém, compreendemos que devemos equacioná-la aos fatos como em uma catarse.<sup>123</sup> Acreditamos assim, no *know-how* de Bèdarida, mentor do *Institut d' Histoire du Temps Présent*, criado em 1978 em Paris, que a verdade é o

ouro do historiador [...] alfa e ômega [...] mas sabemos que não conseguiremos jamais dominar essa verdade, mas apenas nos aproximar dela. Chama vacilante e frágil na noite, mas que apesar de tudo, ilumina o nosso caminho e sem a qual mergulharíamos nas trevas.<sup>124</sup>

Diante desta assertiva arguta, resta-nos exemplificar, a partir das diferentes visões de um mesmo fato, sem, contudo ser mentira nenhuma delas. Destarte, imaginemos um dia depois de uma final de Copa do Mundo, Brasil versus Argentina, com vitória apertada nos pênaltis da seleção canarinho, no Monumental de Núñez em Buenos Aires. Qual a versão dos torcedores portenhos? E dos brasileiros? Certamente, a partida será contada de diferentes maneiras quer pelos brasileiros ou argentinos, sem, contudo configurar em falácias. Juízes, jogadores, técnicos, analistas esportivos e torcedores, todos têm sua versão sobre o mesmo clássico futebolístico, embora não possam discordar de dados irrefutáveis deste fato histórico para o futebol mundial, como o tempo e o espaço, tampouco do placar oficial da partida.

Assim, para os entusiastas da seleção argentina, embora tenha perdido nos pênaltis, dominou a posse de bola, obteve mais chances de gols e fez as melhores jogadas da partida. Em contraponto, está à torcida brasileira que defende de modo veemente a vitória de sua seleção como mais do que justa, utilizando os mesmos argumentos a seu favor. Importante salientar, igualmente, que nós historiadores perfazemos uma interpretação do passado, compreendendo-o como campo de possibilidades, e por isso elegemos as versões mais plausíveis fundamentadas nas fontes encontradas. Em história, tudo é uma questão de interpretação dos fatos através das fontes. Mas, eis que o samba venceu o tango.

---

<sup>123</sup> Termo utilizado com o mesmo sentido que usualmente lhe é atribuído na psicologia como prática terapêutica baseada no estímulo ao paciente a relatar tudo que lhe vier à mente sobre um dado assunto. Para melhor compreender a patologia e assim buscar formas terapêuticas e/ou medicamentosas para saná-la.

<sup>124</sup> BÉDARIDA, François. Tempo Presente e Presença da História. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. (orgs.). *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 8. ed. 2006, p. 222.



Aditamos a isso, o fato de que todos têm suas verdades, o que para o profissional da história assim como o filósofo, não se chega à verdade, tampouco à realidade, mas as representações destas através da memória. Numa relação entre a memória contra o esquecimento. Desta forma, podemos aliar a memória à noção de tempo, com o tracejado por Janaína Amado ao assinalar que

[...] recordar é viver, como ensinava o antigo samba. A memória toma as experiências inteligíveis, conferindo-lhes significados. Ao trazer o passado até o presente, recria o passado, ao mesmo tempo em que projeta o futuro; **graças a essa capacidade da memória transitar livremente entre os diversos tempos, é que o passado se torna verdadeiramente passado, e o futuro**, futuro, isto é: dessa capacidade da memória brota a consciência que nós, humanos, temos do tempo.<sup>125</sup> (Grifo nosso).

Seguindo os ensinamentos de teóricos como Agnès Chauveau e Philippe Tètart, compreendemos que o que convenciou-se chamar “[...] de história imediata, história próxima ou de história do tempo presente”,<sup>126</sup> nada mais que é do que história, apesar de suas nuances e especificidades. No decurso desta seção já vemos que a expressão adotada por este estudo foi história do tempo presente, explicitados os motivos anteriormente. E para pensar este território da história de modo menos incipiente, o conceito de René Rémond nos é singular, ao nos informar “[...] que é a história que vivemos: faz parte das nossas lembranças e de nossas experiências. Ora, vale lembrar que essa história exige igual rigor ou maior do que o estudo de outros períodos: devemos enfatizar a disciplina e a higiene intelectual, as exigências de probidade”.<sup>127</sup>

O autor reiteradamente em primeira instância relaciona o tempo presente às memórias e em seguida ressalta o rigor científico com que os historiadores devem tratá-la, exigindo do estudioso do tempo presente uma maior acuidade intelectual e meticoloso arcabouço metodológico com o seu objeto de estudo, locado em um mesmo tempo entre o pesquisador e o pesquisado. Tal argumento está à revelia do que afirmou o historiador Eric Hobsbawn,

<sup>125</sup> AMADO, Janaína. *O grande mentiroso: tradição, veracidade e imaginação em história oral*. História, UNESP, São Paulo, n.14, 1995, p.132.

<sup>126</sup> CHAUVEAU, Agnès; TÈRTARD, Philippe (org). *Questões para história do tempo presente*. São Paulo: EDUSC, 2002.p 07.

<sup>127</sup> RÉMOND, René. “Algumas Questões de alcance geral à guisa de introdução”. In FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. (coords.). *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 8a ed. 2006, p.206.



quanto a “[...] vivência pessoal deste tempo molda inevitavelmente a forma como o vemos, e até mesmo o modo como determinamos a evidência à qual todos nós devemos apelar e nos submete [...] a diferença de gerações é suficiente para dividir os homens”.<sup>128</sup>

Com efeito, a abundância de fontes torna-se um grande desafio na construção de indagações que responda aos propósitos do historiador. Entre esses desafios, proximidade com o objeto a ser estudado é o mais caro ao profissional da história. Como diria o poeta modernista Carlos Drummond de Andrade em sua elegia, poema de dor e luto ao historiador que não por acaso, “[...] veio para ressuscitar o tempo e escarpelar os mortos, as condecorações, as liturgias, as espadas, o espectro das fazendas submergidas [...]”<sup>129</sup> A esse respeito, Michel de Certeau questiona: “o que fabrica o historiador quando faz história? Em que trabalha? Que produz?” (Certeau, 1995, p. 17) tais questões remetem o historiador da importância de seu ofício para si e para o grupo social do qual pertence, auxiliando-o na construção do seu fazer, fazendo-se historiador como uma operação de construção de sentidos ao passado e ao presente. Certeau endossou ao afirmar que a operação historiográfica “[...] se refere à combinação de um lugar social, de práticas científicas e de uma escrita.”<sup>130</sup> Esta operação de que tanto fala o autor, trata dos esforços empreendidos pelos que escrevem a história. Assim, comungamos das mesmas inquietações do autor, acreditamos ser possível fazer história para além dos muros da academia.

## Considerações finais

Diante do desafio proposto, cabe a nós historiadores a difícil tarefa de definir a utilidade da história no tempo presente. Perguntas não necessariamente geram respostas, trazem à tona novas indagações. Pesquisar história para além da história positivista é, sobretudo, voltar-se para temas como loucura, cidadania, sexualidade, alimentação, moda, biografia, meio ambiente, corpo, cotidiano, enfermidades, gênero, crianças, cinema, festas,

<sup>128</sup> HOBBSAWM, Eric J. “O presente como história: escrever a história de seu próprio tempo”. In: Revista Novos Estudos. São Paulo; CEBRAP, Novembro/95 n. 43, p.105.

<sup>129</sup> ANDRADE, Carlos Drummond de. O historiador. In: *A paixão medida*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1980, p. 34.

<sup>130</sup> CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002, p. 66.



direitos humanos entre outros. Clio redimensionou seu olhar para uma outra história, uma zapeada nos estudos históricos recentes, catapultando-os, que no dizer de Júlio Aróstegui um “grande giro ou guinada dos anos 70 interrompeu uma certa trajetória da historiografia, mas propiciou o nascimento de muitas direções novas”<sup>131</sup> uma renovação da produção historiográfica sem precedentes.

Historiar no século XXI é solapar os eixos tradicionais da história linear quadripartite francesa, valorando as contribuições da história francesa à historiografia, por uma história interdisciplinar e problematizadora atenta às transformações sociais do novo século, a partir das relações de identidade-diferença, continuidade-ruptura em diferentes contextos sócio-culturais. Eis, o grande desafio do ofício do historiador.<sup>132</sup> O historiador não é mais o profissional que estuda o passado acabado, mas a sua relação com o presente inacabado em que as fontes não falam por si, há que fazê-las falar a partir das inquietações do presente. Somos, pois, convidados a revisitar temporalidades mais recentes e fontes diferenciadas, lançando mão quase sempre, das mesmas perguntas que faria um historiador do século XVIII a suas fontes, mas tracejando novos caminhos de pesquisa.

Para Chartier, a história do tempo presente desperta um mau sentimento: a inveja.<sup>133</sup> Com efeito, além de contar com recursos documentais abundantes sejam visual, escrita e sonora que parecem não se esgotar, mas, ao contrário, se multiplicam na sociedade contemporânea. Aos novos historiadores cabe fazer boas escolhas em meio ao manancial de fontes apensadas. Mais uma vez somos convencidos da assertiva de Le Goff que o historiador deve “decidir sobre aquilo que irá considerar como documento e o que irá rejeitar”,<sup>134</sup> podendo construir seus próprios repositórios digitais de documentos.

Nesta seara em que tudo é história, passado presente e futuro confundem-se. Somos e fazemos história. Entendê-la é compreender a si e ao mundo, com a consciência do que fomos para transformar o que seremos. Com efeito, à medida que, adentra-se ao universo da pesquisa, mais complexa torna-se a tarefa do historiador, no mais, resta-nos tal como propõe o

<sup>131</sup> ARÓSTEGUI, Julio. *A pesquisa histórica – teoria e método*. Bauru: EDUSC, 2006, p. 208.

<sup>132</sup> SOARES, Fagno da Silva. Para que serve a história? *Revista Mundo Jovem*. Porto Alegre; v. 413, p. 09, 01 fev., 2011.

<sup>133</sup> CHARTIER. Roger. A visão do historiador modernista. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. (coords.). *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996, p. 215.

<sup>134</sup> LE GOFF, Jacques. Memória. In: *História e memória*. trad. Bernardo Leitão (et. al.). 5. ed. Campinas: UNICAMP, 2003, p. 101.



historiador Vainfas, “[...] percorrer os caminhos e descaminhos da história [...]”.<sup>135</sup> Afinal, a arte de historiar nunca foi tão complexa como hoje, devendo ser sempre revisitada por outros estudiosos. Afinal, a história que praticamos é uma história do tempo presente à revelia dos que pensam equivocadamente que história é só passado. E ao solapar a cronologia-narrativa, compreendendo a tensão do movimento temporal é possível romper com lógica do presente para o presente (*presentismo*), do presente para o passado (*magistra vitae*), por uma história do presente pelo futuro que articula e confronta passado, presente e futuro na perspectiva dos *regimes de historicidade*<sup>136</sup> proposta pelo historiador francês François Hartog.

## Bibliografia

ALBERTI, Verena. *Manual de história oral*. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

AMADO, Janaína. O grande mentiroso: tradição, veracidade e imaginação em história oral. *História*, UNESP, São Paulo, n.14, 1995, p.132.

\_\_\_\_\_. A culpa nossa de cada dia: ética e história oral. *Revista do Programa de Estudos Pós-Graduação em História*, n.º 15, São Paulo, abr., 1997, p. 146.

ANDRADE, Carlos Drummond de. O historiador. In: *A paixão medida*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1980.

ANSART, Pierre. História e memória dos ressentimentos. In: BRESCIANI, Maria Stella. NAXARA, Márcia. [Org.]. *Memória e [res]sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: UNICAMP, 2004, p. 45.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE HISTÓRIA ORAL, Rio de Janeiro; 2012. Disponível em: <<http://www.abho.com.br>>. Acesso em: 06 de jan. 2012.

ALBERTI, Verena. *Ouvir contar: textos em história oral*. Rio de Janeiro; FGV, 2004, p.77.

\_\_\_\_\_. Histórias dentro da história. In: Carla Bassanezi Pinsky. (Org.). *Fontes históricas*. 1 ed. São Paulo: Contexto, 2005, v. 1, p. 155.

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. *História: a arte de inventar o passado*. ensaios de teoria da história. Bauru, SP: Edusc, 2007, p. 232.

ANDRADE, Carlos Drummond de. O historiador. In: *A paixão medida*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1980, p. 34.

<sup>135</sup> VAINFAS, Ronaldo. Caminhos e descaminhos da história. In: \_\_\_\_\_. *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. CARDOSO, Ciro Flamarion/VAINFAS, Ronaldo [Org.]. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997, p. 449.

<sup>136</sup> HARTOG, François. *Regimes de Historicidade: presentismo e experiências do tempo*, Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2013.



- ARÓSTEGUI, Julio. *A pesquisa histórica – teoria e método*. Bauru: EDUSC, 2006, p. 208.
- AUGÉ, Marc. *Não lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Papirus, Campinas: 2010.
- BARROS, José D'Assunção. *O campo da história. especialidades e abordagens*. Petrópolis: Vozes, 2004. pp. 08-09
- \_\_\_\_\_. *Campos históricos – as diversas modalidades historiográficas no mundo contemporâneo*: Disponível em: <<http://www.campodahistoria.org/artigo.html>>. Acesso em: 19 de ago. 2006
- BENJAMIM, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994, p.225.
- BÉDARIDA, François. Tempo Presente e Presença na História. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. (coords.). *Usos & Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996, pp.219-232.
- BLOCH, Marc. *Apologia da história, ou o ofício do historiador*. Trad.: André Telles, Rio de Janeiro; Zahar, 2001, p. 41.
- BORGES, Jóina Freitas. Sob os areais, histórias de vida. In: CASTELO BRANCO, Julinete Vieira. SOLON. Daniel Vasconcelos. [Org.] *Histórias em poliedros: cidade, cultura e memória*. Teresina: EDUFPI, 2008, p. 93.
- BOSI, Alfredo. O tempo e os tempos. In: NOVAES, Adauto (org.). *Tempo e história*. São Paulo: Cia das Letras. 1992, pp. 19-32.
- BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembrança de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- BURKE, Peter (Org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. Trad. Magda Lopes. SP: UNESP, 1992.
- BURGUIÉRE, André. *Dicionário das ciências históricas*. Rio de Janeiro: Imago. 1993.
- CALDAS, Alberto Lins. *Oralidade, texto e história: para ler a história oral*. São Paulo: Edições Loyola, 1999.
- CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002, p. 66.
- \_\_\_\_\_. *A operação histórica*. In: LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre. *História: Novos Problemas*. Rio de Janeiro; Francisco Alves, 1995.
- CHARTIER. Roger. A Visão do Historiador Modernista. In FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. (coords.). *Usos & Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 8a ed.2006, pp.215-219.



\_\_\_\_\_. A visão do historiador modernista. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. (coords.). *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996, pp. 215-219.

\_\_\_\_\_. *La historia o la lectura del tiempo*. Barcelona, Espana: Gedisa, 2007, pp. 16-17.

CHAUVEAU, Agnes; TÈRTARD, Philippe (org). *Questões para história do tempo presente*. São Paulo: EDUSC, 2002.

FENELON Déa (Org.). *Cidades*. Pesquisa em História. Programa de Estudos de Pós Graduados da PUC/SP. São Paulo: Olho Da Água. 2000.

FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. (coords.). *Usos & Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

\_\_\_\_\_. *História do tempo presente: desafios*. Cultura Vozes, Petrópolis, v.94, nº 3, p.111-124, maio/jun., 2000.

FREITAS, Sônia Maria. *História oral: possibilidades e procedimentos*. Humanitas, São Paulo; 2006.

GALEANO, Eduardo. *As veias abertas da América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. Trad.: Federico Carotti. 2. ed. São Paulo: Cia das Letras, 2009.

\_\_\_\_\_. *O Queijo e os vermes*. São Paulo: Cia das Letras, 1986.

HOBSBAWM, Eric J. O presente como história: escrever a história de seu próprio tempo. In: *Revista novos estudos*. São Paulo; CEBRAP, Novembro/1995 nº 43.

\_\_\_\_\_. *Era dos extremos: o breve século XX 1914-1991*. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

KAELBLE, Hartmut. La Zeitgeschichte, l'histoire allemande et l'histoire internationale du temps présent. In: *Institut d'Histoire du Temps Présent*. Ecrire l'histoire du temps présent. Paris, CNRS Editions, 1993.

LAGROU, Pieter. Sobre a história do tempo presente. In. PORTO, Gilson (org). *História do tempo presente*. Bauru: EDUSC, 2007.

LE GOFF, Jacques. Memória. In: *História e memória*. trad. Bernado Leitão (et. al.). 5. ed. Campinas: UNICAMP, 2003.

LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In: BURKE, Peter. *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora da UNESP, 1992, pp. 133-161.

LEVI, Primo. *Os afogados e os sobreviventes*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990, p. 09.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice. 1990.



HARTOG, François. *Regimes de Historicidade: presentismo e experiências do tempo*, Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2013.

HUGHES, Warrington Marnie. *50 grandes pensadores da história*. São Paulo: Contexto, 2002.

NASCIMENTO, Francisco Alcides. Fios da Memória: histórias do rádio. In: CASTELO BRANCO, Edwar de Alencar. NASCIMENTO, Francisco Alcides. PINHEIRO, Áurea da Paz. (Org.). *Histórias: cultura, sociedade, cidades*. Recife: Bagaço, 2005, p. 05

NORA, Pierre. *Entre memória e história: a problemática dos lugares*. Revista Projeto História – História e Cultura. PUC-SP, n 17 1998.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Manual de história oral*. 5. ed. São Paulo: Loyola, 2005.

\_\_\_\_\_. A Vez da história oral. *Revista Carta Capital*. São Paulo: Editora Confiança Ltda, ano 17, n. 664, set. 2011, pp. 72-73.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Com os olhos no passado: a cidade como palimpsesto. In.: *Esboços – Revista do Programa de Pós-graduação em História da UFSC*. vol. 11. Florianópolis: UFSC/Gráfica Universitária, n. 11, 2004, p. 25.

PRINS, Gwyn. História Oral. In.: BURKE, Peter. *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora da UNESP, 1992, p.166.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, 1992, pp. 207-208.

PORTELLI, Alessandro. *Biografia di una città*. Torino: Giulio Einaudi Editores, 1985.

\_\_\_\_\_. O momento da minha vida: funções do tempo na história oral. In: FENELON, Déa et al. *Muitas Memórias, Outras Histórias*. São Paulo: Olho D'água, 2004.

\_\_\_\_\_. Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre ética na história Oral. In: *Projeto História - Ética e História Oral*. São Paulo:1997, p.17.

RÉMOND, René. Algumas Questões de alcance geral à guisa de introdução. In FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. (coords.) *Usos & Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 8a ed.2006, pp.203-210.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas; Unicamp, 2007, p. 408.

RIOUX, Jean-Pierre. Pode-se fazer uma História do Tempo Presente. In. CHAUVEAU, Agnes; TÈRTARD, Philippe (org). *Questões para história do tempo presente*. São Paulo: EDUSC, 2002. pp. 39-50.

ROUSSO, Henry. *La hantisse du passé*. Paris: Éditions Textuel, 1989, p. 57.



SHARPE, J. A História vista de baixo. In: BURKE, P. [Org.]. *Escrita da História: novas perspectivas*. Trad. Magda Lopes. São Paulo: Edunesp. 1992.

SOARES, Fagno da Silva. Para que serve a história? *Revista Mundo Jovem*. Porto Alegre; v. 413, p. 09, 01 fev., 2011.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado: história oral*. Trad. Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.

THOMSON, Alistair; FRISCH, Michael e HAMILTON, Paula. Os Debates sobre Memória e História: alguns aspectos internacionais. In.: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes. *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 8a ed. 2006.

VANSINA, Jan. *La tradición oral*. 2.ed. Barcelona: Editorial Labor, 1968.

VAINFAS, Ronaldo. Caminhos e descaminhos da história. In: *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. CARDOSO, Ciro Flamarion/VAINFAS, Ronaldo (Org.). Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.

VI ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA ORAL, São Paulo, Anais eletrônicos. USP, 2002. ABHO: Disponível em: < <http://www.abho.com.br/anais/anaisusp.html>>. Acesso em: 19 de ago. 2006.

VILANOVA, M. “La historia sin adjetivos com fuentes orales y la historia del presente”. In: *História Oral, Associação Brasileira de História Oral*, São Paulo, junho de 1998, n. 1.